

ALLYSON VITALE DE OLIVEIRA LIMA

**A CONTRIBUIÇÃO DO DOMÍNIO DO DISCURSO DIGITAL
PARA A CONSTRUÇÃO DA EMPREGABILIDADE DO
INDIVÍDUO NA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL**

**UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
POUSO ALEGRE – MG
2010**

ALLYSON VITALE DE OLIVEIRA LIMA

**A CONTRIBUIÇÃO DO DOMÍNIO DO DISCURSO DIGITAL
PARA A CONSTRUÇÃO DA EMPREGABILIDADE DO
INDIVÍDUO NA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL**

Trabalho de conclusão do Mestrado em Linguagem e Sociedade apresentado ao Departamento de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Sapucaí como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi

**UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
POUSO ALEGRE – MG
2010**

ALLYSON VITALE DE OLIVEIRA LIMA

**A CONTRIBUIÇÃO DO DOMÍNIO DO DISCURSO DIGITAL
PARA A CONSTRUÇÃO DA EMPREGABILIDADE DO
INDIVÍDUO NA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL**

Trabalho de conclusão de curso defendido e aprovado em 17/07/2010 pela banca examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi
Orientadora

Profa. Dra. Cristiane Dias
Examinadora

Profa. Dra. Telma Domingues da Silva
Examinadora

Dedico

Ao meu irmão Wesley Vitale de Oliveira Lima.

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho não teria sido possível sem a colaboração, estímulo e empenho de diversas pessoas. Gostaria, portanto, de expressar toda a minha gratidão e apreço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esta tarefa se tornasse uma realidade. A todos quero manifestar os meus sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar, à amiga Professora Doutora Eni Orlandi de Lourdes Puccinelli Orlandi, para quem não há agradecimentos que sejam suficientes. Sempre me recordarei com carinho da importância das suas recomendações e a cordialidade com que sempre me recebeu. Sou grato também pela liberdade de ação que foi decisiva para que este trabalho contribuísse para o meu desenvolvimento pessoal. Como professora foi o expoente máximo, abriu-me horizontes, ensinou-me principalmente a pensar. Foi, e é fundamental na transmissão de experiências, na criação e solidificação de saberes e nos meus pequenos sucessos.

Ao meu pai Alfran e à minha mãe Lys-Sandra, verdadeiras referências e exemplos a serem seguidos por toda a solidez moral e amor que sempre dedicaram a mim e aos meus irmãos. Pais dedicados que realmente são as melhores pessoas que já conheci em todos os aspectos. Vocês são demais!!!

Aos meus irmãos Wesley, Annelise, Thaise, Andressa e Willian pela amizade e apoio em todos os momentos da minha vida. Na nossa família sabemos bem o sentido da palavra “irmãos”. Em especial agradeço à Annelise e ao Eduardo pela gentileza e ajuda em momentos fundamentais da minha vida.

Aos meus avós professores Alda e Francisco por serem inspiração para o início dessa jornada como educador. Também agradeço aos avós maternos Renato Vitale e Ophélia Butti Vitale.

A minha querida e amada afilhada Maria Luiza e aos compadres Thaise e Fabio.

Aos tios Marison pelo imenso apoio profissional e Ivanise pelo carinho e atenção de sempre e pela gentileza de revisar detalhadamente esse trabalho.

Finalmente a Regiane agradeço todo o seu amor, carinho, admiração e pela presença com que me apoiou ao longo do período de elaboração desta dissertação.

A todos obrigado por permitirem que esta dissertação seja uma realidade.

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar.
Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.”
Madre Teresa de Calcutá

Lima, Allyson Vitale de Oliveira. **A contribuição do domínio do discurso digital para a construção da empregabilidade do indivíduo na sociedade pós-industrial.** 2010. 92 f. Dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem – Univás - Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2010.

RESUMO

No presente texto procura-se realizar uma avaliação crítica do desenvolvimento tecnológico imposto a sociedade na relação entre tecnologia e emprego. Este trabalho reflete sobre essa relação, observando sua complexidade e conflito, sempre afetada por relações macroeconômicas e sociais mais amplas. Nesse sentido, observa-se que hoje essa relação se constrói em meio a um processo de globalização, desregulação dos mercados e redução da capacidade regulatória do Estado. Esse processo, por sua vez, acelerou a necessidade de adaptação do indivíduo a essa nova situação caracterizada por transformações políticas, econômicas e sociais com a tecnologia atuando como importante força motriz que afeta o modo como as informações são produzidas, como circulam atingindo as sociedades e a forma como as pessoas se colocam dentro dela. Tais inovações incidem em diversos aspectos da vida em sociedade com especial impacto na empregabilidade. A paisagem urbana das cidades altera-se em função da digitalização das relações e o sujeito construirá positivamente sua empregabilidade tanto melhor se adapte a tais transformações tecno-sociais.

Palavras-chave: Internet, Tecnologia, Discurso digital, Empregabilidade, Sociedade pós-industrial.

Lima, Allyson Vitale de Oliveira. **The contribution to dominate the digital speech to build the employability of the individual in post-industrial society.** 2010. 92 f. Master Thesis in Language Sciences - Univás - Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2010.

ABSTRACT

In the present text it is aimed to perform a critical evaluation on the technological development imposed to society in the relation between technology and job, considering its complexity and conflict, always affected by broader macroeconomic and social aspects. In this sense, it is observed that, nowadays, this relation is built through a globalization process, a market deregulation and a reduction in the market regulatory capacity of State, what has accelerated the necessity for adaptation of the individual to this new situation that is characterized by political, economic and social transformation that has technology as the main force which affects the way information are produced, circulate and the way people pose themselves in it. Such innovation has an immediate effect in several aspects of life in society mainly when it comes to empregability. Cities urban scenario are transformed due to the digitalization of relations and the subject will built his empregability in a positive way in such a better way that he/she will get adapted to this kind of techno-social transformations.

Keywords: Internet, Technology, Digital, Employability, Post Industrial Society.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Apocalipse em Angers, tapeçaria representando a Cidade Sagrada de Nova Jerusalém descendo dos céus.	19
Figura 2 – A convergência de conteúdos, computação e comunicações.....	44
Figura 3 – Conectividade Global em 1991.....	46
Figura 4 – Conectividade Global em 1997.....	46
Figura 5 – Organização trevo	70
Figura 6 – Quando o fluxo se torna fluir.....	73
Figura 7 – Volume de conhecimentos científicos e tecnológicos	74
Figura 8 – Geração do conhecimento.....	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Proporção de domicílios que possuem equipamentos de TIC	50
Gráfico 2 – Computador posse	51
Gráfico 3 – Motivos para a falta de computador no domicílio.....	53
Gráfico 4 – Local de acesso individual – Lanhouse – renda familiar	53
Gráfico 5 – Atividades desenvolvidas na Internet.....	55
Gráfico 6 – Local de acesso individual – regiões do país.....	56
Gráfico 7 – Proporção de empresas que usam computadores, por porte	58
Gráfico 8 – Proporção de empresas utilizando a Internet, segundo o tipo de atividade.....	59
Gráfico 9 – Proporção de funcionários que usam computadores na empresa, por setor de atividade	60
Gráfico 10 – Proporção de empresas que utilizam algum serviço de e-gov – transações e consultas, por porte.....	61
Gráfico 11 – Principais consultas de e-gov realizadas na Internet	61
Gráfico 12 – Principais transações de e-gov realizadas na Internet	61
Gráfico 13 – Proporção de empresas que fazem pedidos via Internet.....	62
Gráfico 14 – Habilidades relacionadas ao uso do computador em 2007.....	63
Gráfico 15 – Forma de obtenção das habilidades para uso do computador por renda familiar	64
Gráfico 16 – Habilidades com o computador suficientes para o mercado de trabalho	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparação das características principais da sociedade pré-industrial, industrial e pós-industrial	32
Quadro 2 – Linhas de ação do Programa Sociedade da Informação.....	48
Quadro 3 – Proporção de domicílios com computador.....	52
Quadro 4 – Proporção de indivíduos que acessaram a Internet	55
Quadro 5 – Internautas domiciliares ativos - 2009	78

SUMÁRIO

1	Introdução.....	13
2	A sociedade pós-industrial	21
3	A revolução da tecnologia da informação	36
3.1	A evolução das tecnologias da informação	39
3.2	O paradigma da tecnologia da informação.....	42
3.3	O cenário brasileiro	44
4	As imagens dos indivíduos, das organizações e a empregabilidade	66
4.1	O surgimento e evolução do emprego.....	67
5	Pensando o discurso digital na construção da empregabilidade.....	76
6	Conclusão	89
	Referências bibliográficas	91

1 INTRODUÇÃO

O grande desenvolvimento tecnológico e o surgimento da Internet é um acontecimento relativamente recente, aproximadamente duas décadas, que faz parte de um processo de mudanças rápidas que conduz o sistema mundial à construção de novos modelos para analisar os homens e as relações humanas e sociais.

De um lado grandes inovações tecnológicas surgem todo o momento instrumentalizando e aperfeiçoando as comunicações, indústrias, transportes e diversos outros segmentos como promessa de melhoria das condições humanas de existência. De outro é possível perceber a ocorrência de um rearranjo das forças políticas e econômicas mundiais gerando grandes crises capazes de abranger a maioria dos países do mundo.

Instala-se um ambiente de relações contraditórias no qual verificamos que mesmo com esses grandes desenvolvimentos, o homem continua vivendo em um mundo instável no qual o desenvolvimento tecnológico promove a melhoria de alguns aspectos da vida, mas não é capaz de resolver todos os problemas.

No cerne dessas transformações políticas, econômicas e sociais temos a tecnologia como importante força motriz que afeta o modo como as informações são produzidas, como circulam atingindo as sociedades e a forma como as pessoas se colocam dentro dela.

Ocorre uma convergência prática entre os sentidos antropológico e sociológico de cultura como “modo de vida global” que afeta desde a linguagem, passando pelas artes, pela filosofia, jornalismo, moda e publicidade e que agora constituem um campo complexo e necessariamente extenso (WILLIAMS, 2000).

Esse cenário cria um ambiente crítico que motiva indagações acerca do que possa estar ocorrendo. Desde a década de 1960, vários sociólogos têm elaborado reflexões sobre tais mudanças e muitos atribuem a essa sociedade moderna o rótulo de Sociedade Pós-Industrial.

A obra *The Coming of Post-Industrial Society* (1973), fez de Daniel Bell um dos mais importantes proponentes dessa tese. Porém outros importantes autores como Peter Drucker em sua obra *Age of Discontinuity* (1969), também caminham nesta mesma direção que indica o surgimento de uma sociedade que possui o conhecimento como ativo mais importante.

Essa idéia de uma Sociedade Pós-Industrial provoca intensos debates e está longe de habitar o senso comum. Porém por mais divergentes que sejam as opiniões sobre as adequações teóricas devemos refletir quais são os motivos que fizeram com que fossem, em suas variadas formas, repetidamente abordadas nos últimos trinta anos.

Isso certamente significa que algo está ocorrendo. Pode ser um desdobramento do mesmo ou a inauguração de um cenário totalmente novo e desconhecido. O certo é que são questões relevantes que merecem receber atenção e reflexão. Que razões fazem com que, pelo menos nas Sociedades Ocidentais, haja esse sentimento de que surgiu uma nova fase de desenvolvimento?

A propósito da questão digital, face a essas mudanças, Pêcheux (1994) mostra que há uma reorganização do trabalho intelectual que corresponde a refuncionalização dos arquivos.

Os arquivos estão cheios em função do surgimento e desenvolvimento do computador e das telecomunicações que representam os principais motores dessas mudanças.

Nesse momento, torna-se importante verificar as formas como a sociedade está lidando com esses arquivos e as conseqüências do surgimento do discurso eletrônico que atualmente podem ser identificadas em diversos aspectos da vida social.

Trabalha-se atualmente com grandes quantidades de fatos de linguagem (dados) e importantes inovações foram propiciadas ao trabalho de arquivo influenciando inclusive nas atividades de pesquisa que podem lidar agora com tais fatos de linguagem em grande quantidade.

Além da questão da quantidade de fatos de linguagem deve-se considerar que diferentes linguagens possuem materialidades distintas.

A linguagem digital possui seus modos próprios de significar que representam novos desafios para o homem sinalizando uma abertura para o simbólico. Nesse sentido, a linguagem digital ou Discurso Eletrônico, como denominado por Orlandi, reorganiza a vida intelectual na medida em que redistribui os espaços de interpretação e desloca o funcionamento de autoria, de texto e do efeito leitor.

Que sujeito é esse do discurso digital considerado com melhores condições de empregabilidade? É aquele que sabe ler esse outro universo que é posto caracterizado pela linguagem digital?

Dias (2004) observa que o paradigma tecnológico tem ocupado um lugar central quando se verifica o surgimento de profundas inovações no campo político-administrativo como os Governos Eletrônicos (e-gov) e as cidades digitais, no campo da Educação dos programas de ensino à distância e digitalização de escolas entre diversas outras.

Tais inovações incidem em diversos aspectos da vida em sociedade com especial impacto na **empregabilidade**. Empresas, governos e pessoas passaram a substituir rotinas custosas e demoradas por outras apoiadas pela tecnologia a custos e prazos menores.

Como exemplo, o e-gov foi criado em 1996 pelo então secretário da Receita Federal Everardo Maciel como tentativa de reduzir os custos com a coleta de formulários e para suprir a falta de funcionários para digitação dos documentos. Na ocasião eram 10 milhões de declarações de Imposto de Renda, cada uma recebida em aproximadamente 2,4 segundos e com os custos por unidade estimados em US\$ 0,13 por unidade contra US\$ 1,10 do sistema convencional utilizado anteriormente (MING, 2004).

Para Dias (2004), a base político-econômico-social da nossa sociedade reestrutura seu modo de atuação, afetada pelo discurso digital que atravessa o cotidiano dos indivíduos. Com isso, surgem novas formas de vida e um novo espaço de organização dos sentidos.

Castells (1999) mostra que no final do ano 2000, “vários acontecimentos de importância histórica transformaram o cenário social da vida humana”. Uma verdadeira revolução tecnológica começou a remodelar os alicerces da sociedade em ritmo acelerado.

Pensando o homem nesse contexto de intensa movimentação social é relevante perceber que trata-se de movimento mas não de ruptura, uma vez que estão havendo mudanças no administrativo, mas ainda não no político já que o mundo permanece em sua dinâmica capitalista.

Segundo Orlandi, linguagem e sujeito se constituem ao mesmo tempo. A linguagem nos afeta porque vivemos num mundo simbólico onde tudo tem que significar e a principal propriedade da linguagem é a subjetividade porque ela constitui o sujeito (BENVENISTE, 1989).

Para a Análise do Discurso a interpelação pela linguagem é fundamental para a constituição do indivíduo em sujeito. Assujeitar-se não tem pois o sentido negativo do senso comum que conota dominação.

Dessa forma, no mundo contemporâneo, se observarmos a linguagem e suas relações poderemos perceber que existem múltiplas linguagens que precisam ser absorvidas e incorporadas à vida do sujeito. São enunciados que o sujeito tem que dominar.

Destaca-se a importância do domínio da tecnologia da informação e sua linguagem digital, da necessidade da familiaridade com línguas estrangeiras, do entendimento de linguagens técnicas e dos conhecimentos necessários para que o indivíduo consiga se comunicar, se fazer entender e conseguir boa performance em espaços públicos.

O sujeito deverá possuir todos esses atributos para que seja mantida uma rede social que funcionará melhor, quanto melhor o sujeito funcione nela. Esta é a racionalidade do sujeito capitalista atual.

Desta forma, pressupõe-se que haverá demanda por um tipo específico de sujeito caracterizado pela forma sujeito histórica capitalista. Um sujeito que possa dominar múltiplos discursos e obter proveito social disso. Que sujeito é esse?

Um indivíduo “supercompetente”, globalizado, consumista, competitivo, bombardeado continuamente pela mídia e principalmente, um ser altamente tecnológico atravessado pelas inúmeras tecnologias disponíveis e observando a sua vida, seu cotidiano, sua empregabilidade, sua diversão, sua comunicação e até mesmo seus relacionamentos tornarem-se progressivamente significados pelo digital.

Pêcheux (1990) menciona que um vasto conjunto de técnicas materiais relacionam-se com o real na busca de encontrar os meios de obter resultados que tirem partido da maneira mais eficaz possível dos processos naturais para dirigi-los em direção aos efeitos procurados. Soma-se a isso a diversidade das técnicas de gestão social dos indivíduos para marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los e separá-los segundo critérios definidos no sentido de colocá-los no trabalho, instruí-los, fazê-los sonhar, protegê-los ou vigiá-los. Esse espaço jurídico, econômico e político repousa em seu funcionamento discursivo interno, sobre uma proibição de interpretação obrigando o uso de proposições lógicas (verdadeiras ou falsas) com proposições disjuntivas (o estado das coisas é A ou não A). Nesses espaços discursivos denominados pelo autor de *logicamente estabilizados*, supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, pois todo enunciado produzido nesses espaços estabilizados refletem propriedades estruturais independentes de sua enunciação.

Desta forma, tais propriedades se inscrevem transparentemente em uma descrição adequada do mundo, tal como esse é tomado discursivamente nesses espaços, porém tais proposições lógicas são atravessadas por uma série de equívocos.

Há pois uma relação contínua entre o estabilizado e o equívoco, mas tudo se passa como se diante dessa nova aparência de um natural-social-histórico homogêneo coberto por uma rede de proposições lógicas, nenhuma pessoa pudesse escapar totalmente e essa adesão de conjunto viesse a se realizar de um modo ou de outro.

O que abre espaço para que isso ocorra, é que os indivíduos possuem necessidade dessa homogeneidade lógica marcada pela existência dessa multiplicidade de pequenos sistemas lógicos portáteis que vão desde a gestão cotidiana da existência até as grandes decisões da vida social e afetiva passando ainda pelos aparelhos e objetos que consumimos, que queremos consumir e que descartamos. Nesses espaços de necessidade equívoca, misturando objetos, pessoas, processos técnicos e decisões morais, trabalhos e escolha políticas é sempre possível colocar em jogo uma bipolarização lógica das enunciações

trazendo como conseqüência o sentimento de simplificação unívoca prejudicial ao próprio indivíduo e aos outros (PÊCHEUX, 1990).

Ainda para este autor, “esta necessidade de fronteiras coincide com a construção de laços de dependência face às múltiplas *coisas a saber*, consideradas como reservas de conhecimento acumuladas, máquinas de saber contra ameaças de toda espécie” (grifo nosso). Na sociedade capitalista atual, o Estado e as instituições funcionam como pólos privilegiados de resposta a essa demanda. As “coisas-a-saber” representam tudo que seja indispensável ao sujeito pragmático pelo simples fato de existir. São conhecimentos a gerir e transmitir socialmente associados a ameaças multiformes de um real impiedoso do qual “ninguém pode ignorar a lei”.

Há um acontecimento tecnológico em curso e a iniciativa das pessoas depende desse mundo que está se organizando. Há uma contradição entre a maneira como a sociedade está se organizando e a forma como o indivíduo sente-se obrigado a entrar nela. Toda informatização está nessas coisas a saber e os aparelhos ideológicos reforçam isso constantemente.

Para citar alguns exemplos, a política brasileira do Governo Federal relacionada à entrega das declarações de imposto de renda beneficia aqueles que possuam algum domínio tecnológico. O encaminhamento da declaração é gratuito somente para aqueles que enviarem pela internet ou entregarem em disquetes nas agências do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal. Os que preferirem entregar o formulário em papel pagarão uma taxa de R\$ 5,00.

O mesmo pode ser constatado quando observa-se que diversos concursos públicos governamentais têm publicado em seus editais a restrição de que a inscrição seja realizada exclusivamente pela internet, como se verifica abaixo nos trechos destacados do edital de concurso público para professor de educação básica da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo publicada no Diário Oficial do Estado de 04/11/2009.

Vejamos a seguir o item B do edital que indica as formas como o candidato pode se inscrever no concurso:

B - DAS INSCRIÇÕES

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e nas Instruções Especiais SE 1, de 24/12/2009, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

1.1 De forma a evitar ônus desnecessário, o candidato deverá recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidas para o Concurso.

2. As inscrições para o Concurso serão realizadas exclusivamente pela Internet, das 10 horas do dia 27/01 às 14 horas do dia 11/02/2010, observado o horário de Brasília, de acordo com o item 3 deste Capítulo.

2.1 Estarão disponíveis no site www.concursosfcc.com.br da Fundação Carlos Chagas: Edital de Abertura de Inscrição, Instruções Especiais, Temário, Bibliografia e Ficha de Inscrição.

2.2 O candidato se responsabilizará pela fidedignidade das informações prestadas no Formulário de Inscrição via Internet, sob as penas da Lei.

3. Para inscrever-se, o candidato deverá, no período das inscrições, acessar o endereço eletrônico www.concursosfcc.com.br e, por meio do link correspondente ao Concurso Público da Secretaria de Estado da Educação, efetuar sua inscrição conforme os procedimentos estabelecidos a seguir:

3.1 Ler e aceitar o requerimento de inscrição, preencher o Formulário respectivo e transmitir os dados pela Internet, imprimindo o comprovante de inscrição finalizada.

3.2 O candidato deverá efetuar o pagamento da importância referente à inscrição, por meio de boleto bancário ou débito em conta corrente de banco(s) conveniado(s), no valor de R\$ 27,25 (vinte e sete reais e vinte e cinco centavos), a título de ressarcimento de despesas com material e serviços, de acordo com as instruções constantes no endereço eletrônico da página de inscrições, até a data de encerramento das inscrições: 11/02/2010.

3.2.1 O boleto bancário, disponível no endereço eletrônico www.concursosfcc.com.br, deverá ser impresso para o pagamento do valor da inscrição, após conclusão do preenchimento do Formulário de Inscrição, on-line, em qualquer banco do sistema de compensação bancária.

Esses exemplos indicam a existência de uma pressão do Estado pela aquisição de conhecimentos de informática pelo indivíduo. O fato de não entregar a declaração em formato digital representa um problema e um custo adicional para aqueles que não dominam essa tecnologia. A falta de conhecimentos em informática e internet ou a impossibilidade de acesso ao computador ou a rede inviabiliza a inscrição em diversos concursos públicos.

Há uma inversão da suposta liberdade de entrar na rede, pois para o indivíduo, ao ingressar na rede ele se compromete com certo percurso no real.

Castells (1999) afirma que “a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas”.

Orlandi diz que a sociedade e tecnologia se constituem e se afetam mutuamente. Para a autora, navegando na Internet, muitas vezes, nos sentimos no espaço urbano, mas para ter urbanidade é necessário saber navegar.

Tomando a noção de deriva e efeito metafórico de Pêcheux (1990), quando entramos no discurso digital, há um deslizamento da noção de sujeito para usuário, de percorrer relações de sentido para navegar, de fatos de linguagem para dados, de praticar novos gestos de interpretação para interagir, de sentidos para informações e no formato dos textos que

passam a se textualizar em diferentes materialidades como textos, imagens, sons e vídeos (ORLANDI, 2006).

Há uma relação que simula como você navega e traz a organização da internet na forma como você transita. No entanto, costuma-se atribuir a tecnologia e em especial a Internet um caráter mais democrático que o verificado na realidade cotidiana.

Há a meu ver um exagero relacionado à penetração das tecnologias que pode ser constatado quando Wertheim (2001) analisa esse paradoxo comparando o ciberespaço ao cristianismo. Apesar de não ser resultado de nenhum sistema teológico formal, para muitos de seus defensores seu apelo é indiscutivelmente religioso. Para a autora, o Céu cristão é uma visão extraordinária que já perdura há mais de dois mil anos e que possui como principal característica o fato de ser democrático e sempre ter estado potencialmente aberto para todas as pessoas independentemente de nacionalidade, crença, convicção política e cor de pele. Em sua analogia, da mesma forma que o reino do Céu estaria aberto a todos aqueles que acatassem os ensinamentos de Jesus, a Internet também seria um espaço democrático disponível a todos aqueles credenciados a usar um computador com acesso a rede.

Wertheim (2001, p.18) complementa mostrando que:

Como o cristianismo, também o ciberespaço está potencialmente aberto para todos: homem e mulher, Primeiro e Terceiro Mundos, norte e sul, Oriente e Ocidente. Assim como a Nova Jerusalém está aberta a todos os que seguem a senda de Cristo, assim também o ciberespaço está aberto para todos que podem arcar com o custo de um computador pessoal e de uma taxa mensal de acesso à Internet. Cada vez mais, bibliotecas e outros centros comunitários estão também fornecendo acesso gratuito. Tal como a Cidade Sagrada, o ciberespaço é um lugar em que, teoricamente, pessoas de todas as nações podem se misturar.



Figura 1: Apocalipse em Angers, tapeçaria representando a Cidade Sagrada de Nova Jerusalém descendo dos céus.

Fonte: Wertheim 2001.

“O sonho de uma comunidade global é uma das fantasias fundamentais da “religião” do ciberespaço, uma versão tecnológica da fraternidade humana de Nova Jerusalém” (WERTHEIM, 2001).

Porém, diferentemente dos requisitos para a entrada no Céu, a Internet depende do acesso a tecnologias distantes da realidade social e das possibilidades de grande parte da população mundial.

Instala-se um cenário de contradições envolvendo a relação do homem com a tecnologia: as mudanças político-econômico-sociais que temos presenciado, a percepção e a vontade de alguns de que a tecnologia estivesse acessível globalmente e a realidade da falta de acesso a grandes faixas populacionais.

A visão otimista dos entusiastas, contrapondo o pessimismo dos céticos, tendo como pano de fundo as inexoráveis marcas que temos presenciado na vida cotidiana. Tendências e aspirações do imaginário contemporâneo viabilizadas, segundo Azambuja, pelo ciberespaço que agora faz parte do mundo, quase como o ar que se respira com presença imprescindível para a vida em sociedade, para as atividades profissionais, comunicações pessoais, programações culturais, diversões eletrônicas, compras e movimentações bancárias, apenas para dar alguns exemplos (AZAMBUJA, 2003).

Assim, a reflexão desse trabalho será desenvolvida inicialmente no capítulo 2 posicionando o indivíduo na Sociedade Pós Industrial, no capítulo 3 abordaremos a Revolução dos Sistemas de Informação com os seus novos espaços sociais e as modificações na política e economia. No capítulo 4, serão analisadas as imagens atuais dos indivíduos, das organizações e no capítulo 5 verificaremos a importância do domínio do discurso digital para a construção da empregabilidade do indivíduo nos tempos atuais.

2 A SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL

Estamos aqui para rir ou para chorar? Estamos morrendo ou estamos prestes a nascer?
(Terra Nostra de Carlos Fuentes)

Para Orlandi discursividade é a língua fazendo sentido pela história. Existe uma determinação histórica na constituição do sujeito. Não se trata de determinismo (imposição), mas das relações da sociedade determinando a posição do sujeito e os seus sentidos que não podem ser fixados eternamente nem desligados. Esse indivíduo está sempre em mudança e é determinado social, histórica e politicamente.

Por serem históricos é que as mudanças ocorrem e pelo mesmo motivo tais mudanças se mantêm. A sociedade tende a se homogeneizar e estabilizar, mas a própria história em movimento produz as mudanças.

Nesse sentido, desde o final da década de 1960 e início de 1970, vários acontecimentos possibilitaram novas formulações sobre a sociedade moderna. Eventos importantes ocorriam sobre os alicerces da chamada sociedade industrial e começaram a produzir novos rótulos pespegados ao discurso intelectual que gradativamente passaram a adquirir força e vida própria.

Essas teorias, uma vez enraizadas e divulgadas por diversos pesquisadores em livros, conferências e outras publicações dão lugar a um ambiente de indagação crítica que instalados alimentam-se de si mesmos.

Para proporcionar uma visão temporal mais adequada ajudando a posicionar o sujeito na sociedade pós-industrial, De Masi (2003, p.13) mostra que a sociedade industrial constitui uma fase muito curta da história humana e nos traz as palavras do físico inglês Francis Crick, que foi agraciado com o Prêmio Nobel pela descoberta do DNA:

É difícil ter uma visão orgânica do desenvolvimento histórico, dos inícios da civilização até os dias de hoje, de modo a perceber realmente a lenta passagem do tempo. A mente humana não foi construída para encarar com tranquilidade lapsos de tempo de centenas ou milhares de anos de duração. Todavia, quando estudamos a origem da vida, encontramos-nos diante de uma escala temporal de tal magnitude, que faz com que todo o curso da vida humana se assemelhe a um piscar de olhos.

Considerando que a história está permanentemente em movimento e que o homem se posiciona num período de tempo muito curto em relação aos acontecimentos, esses lapsos de tempo que separam um período dos demais são bastante difíceis de serem percebidos e aceitos.

Além disso, a sociedade agrega muitas complexidades nas quais necessariamente convivem fatores econômicos, psicológicos, políticos, culturais, entre outros que tornam a um tempo estáveis e mutáveis seu arranjo e seu devir histórico. Por isso, não é possível reduzir a complexidade social a fatores únicos determinantes (MERLI, 2003).

A expansão dos mercados foi o evento chave para a constituição das indústrias capitalistas, tal como as conhecemos. Anteriormente os artesãos produziam mercadorias para um mercado pequeno e estável, onde o produtor fabricava o artigo sob encomenda para o freguês que vinha ao seu local de trabalho. Porém com a expansão dos mercados ultrapassando os limites das cidades e até mesmo dos países a estrutura produtiva precisou ser revista e melhor implementada.

Nesse período em que as indústrias se difundiram originando profundas transformações econômicas e sociais, a maior parte da população ainda não percebia que se tratava de uma ruptura. A multimilenar época rural estava chegando ao fim e ainda não se falava explicitamente em sociedade industrial.

A primeira teorização sobre a sociedade industrial ocorre na obra "Riqueza das Nações" de Adam Smith (1776). O autor ultrapassa os limites da análise das questões econômicas provenientes da divisão do trabalho e das conseqüências sociais da indústria para a estrutura das classes como também prevê as novas relações sociais que irão se instaurando com suas conseqüências perversas. Para ele, os trabalhadores passariam a executar poucas tarefas repetitivamente não tendo oportunidade de aplicar a sua inteligência ou de exercitar a sua inventividade na descoberta de alternativas para as suas dificuldades. A habilidade no desempenho de seu ofício seria adquirida em detrimento de suas qualidades intelectuais, sociais e militares (DE MASI, 2003).

Para analisar a afirmação de Adam Smith podemos usar os estudos desenvolvidos por Merli (2003) nos quais observamos que a passagem da sociedade rural à industrial exigiu uma longa preparação e transformou todos os arranjos sociais. Passou-se de um arranjo social baseado em pequenos grupos primários e locais distribuídos pelo território e com alto grau de autonomia para um arranjo social caracterizado pela complexidade interdependente e massificante da sociedade industrial.

Essa significativa mudança social, exigiu da indústria a incorporação de um novo aspecto de mudança baseado na padronização dos produtos, sistemas produtivos e das infra-estruturas, entre outros. Desta forma, a distância que separa a padronização da sociedade industrial da despadrão da sociedade rural, justifica a percepção de Smith sobre a execução de tarefas repetitivas sem a possibilidade do uso de criatividade.

Outras características importantes da sociedade industrial é que nela, a produção industrial é realizada em entidades chamadas empresas, o local de trabalho foi separado da família, a produção é caracterizada pela divisão do trabalho e, principalmente, há acumulação de capital pela empresa, o que impulsiona a economia.

A sociedade industrial compreendeu um período de tempo menor que as antecessoras caracterizadas pela caça, pastoreio, atividade agrícola e comércio mercantil, tendo se estendido da metade do século XVIII à metade do século XX.

Huberman (1986) descreve as sucessivas fases da organização industrial:

1. Sistema Familiar ocorrido no princípio da Idade Média onde membros da família produziam artigos para o próprio consumo e não para a venda. O trabalho não era direcionado ao mercado.
2. Sistema de corporações que durou toda a Idade Média onde a produção era realizada por mestres artesãos independentes, para um mercado pequeno e estável. Os trabalhadores não vendiam o trabalho, mas o produto do trabalho.
3. Sistema doméstico (do sec. XVI a metade do sec. XVIII) onde a produção era realizada em casa pelo mestre artesão com ajudantes para um mercado crescente.
4. Sistema fabril (a partir da metade do sec. XVIII) no qual a produção passou a ser realizada fora de casa, para um mercado cada vez maior e oscilante, sob a supervisão e em edificações do empregador.

A diferença entre os conceitos de economia industrial e economia capitalista é que numa economia capitalista os instrumentos de produção são de apropriação de pessoas ou empresas e a dinâmica da atividade econômica é regulada pelo mercado. Já na economia industrial, isso pode não ocorrer, o que pode ser ilustrado pelo exemplo da União Soviética que até 1989 era uma economia industrial, mas os instrumentos de produção pertenciam ao Estado e a atividade econômica era regulada de forma centralizada (pelo Estado).

De qualquer forma, na sociedade industrial o trabalho possui papel central na vida dos indivíduos e tornou-se um princípio fundamental e determinante nas relações sociais, por representar o meio pelo qual as pessoas adquirem condições de sobrevivência e identidade social.

Merli (2003) mostra que são princípios básicos da sociedade industrial:

- 1) Padronização – nas estruturas industrializadas a produção em massa requer necessariamente a padronização dos produtos e processos produtivos, assim como dos mercados e preços, das estruturas de distribuição, dos gostos dos consumidores, das moedas, etc.

- 2) Especialização – A partir do taylorismo toda atividade produtiva foi definida no sentido de subdividir as operações produtivas no maior número possível de operações obtidas individualmente em sequência para obter o máximo de especialização por parte dos indivíduos que realizam essas ações fracionadas.
- 3) Sincronização – desde a micro-sincronização das operações de trabalho das linhas de montagem das indústrias a macro-sincronização das organizações. No mundo industrial milhões de pessoas iniciam e terminam sua jornada de trabalho no mesmo tempo segundo uma cadência temporal definida e sincronizada.
- 4) Concentração – dos recursos energéticos e tecnológicos necessários à exploração do petróleo, dos recursos financeiros e chegando até ao fenômeno do urbanismo e das metrópoles.
- 5) Maximização – sendo as dimensões indicadores de sucesso as indústrias, governos e outras organizações perseguem o ideal do desenvolvimento até se tornar um imperativo cultural. A maximização como chave interpretativa da sociedade industrial é também chamada de gigantomania.
- 6) Centralização – os aspectos sociais, políticos e culturais ficaram fortemente centralizados nas sociedades industriais.

Sobre tais princípios apresentados, a expansão dos mercados exigia das empresas o desenvolvimento de novas formas de trabalho. O taylorismo é a teoria administrativa que deu origem aos processos de trabalho fundamentais para a obtenção de ganhos de qualidade e escala na produção.

Essa teoria de Taylor representa os princípios da administração científica e pode ser considerada como um poderoso sistema de organização do trabalho, capaz de aplicação em uma grande variedade de contextos organizacionais através da divisão do trabalho e a separação rígida entre a concepção, execução, segmentação e a padronização de tarefas na forma mais simples possível (KUMAR, 1997).

Essa nova organização do trabalho deu origem a criação das linhas de montagem que surgiram motivadas pela aceleração dos processos industriais e da provável perda do controle sobre o processo produtivo no ritmo da produção industrial nas fábricas.

A transição da sociedade industrial para a que convencionaremos como pós-industrial suscitou intensos debates sobre os limites do desenvolvimento do industrialismo e da renovação dos conflitos distributivos na medida em que as sociedades industriais deixavam de fornecer compensações a despeito do seu crescimento. Um sentimento de crise substituiu o exacerbado otimismo do período pós-guerra entre 1945 e 1960 e o término dessa fase trouxe novamente alguns conflitos clássicos e debates sobre o industrialismo. Tanto pensadores de direita quanto de esquerda, previram grandes tensões e conflitos para o futuro mas insistiam que as sociedades industriais haviam cruzado a linha divisória. O industrialismo clássico analisado por Marx, Weber e Durkheim não existia mais (KUMAR, 1997).

Essa sensação de crise ocorre pois além da acelerada mudança tecnológica, as empresas passam agora a sofrer muitas pressões verificadas principalmente pelo aumento da concorrência, necessidade de adequações por conta de regulamentações do governo, diminuição dos recursos, força de trabalho crescente e diversificada, além do surgimento de novos grupos de interesse como ecologistas, códigos de defesa do consumidor, entre outros.

Considerando que sujeito e sociedade se constituem ao mesmo tempo, esse cenário produziu transformações significativas também nos indivíduos que viram a industrialização e o aumento da concorrência ampliar também a oferta de bens e serviços, o que fez as pessoas balizarem suas necessidades de acordo com a situação de vida.

As diferentes visões dessa sociedade de massa nos últimos 20 anos serão destacadas nas visões de Bell, Branson e Shils que partem de pontos distintos, mas chegam à mesma identificação da sociedade americana como sociedade de massa. Para eles, nas palavras de De Masi (2003):

Esta sociedade industrializada ou em vias de industrialização é “de massa” no sentido em que permitiu que a massa dos cidadãos se agrupasse à coisa pública e à gestão do poder em um grau jamais realizado anteriormente. Nela o cidadão é mais solidário com a coletividade e sente-se mais afim aos seus concidadãos; a autoridade perdeu todo caráter carismático; a tradição exerce sua influência em formas mais abertas a interpretações divergentes; os indivíduos gozam de maior dignidade; as minorias, os jovens, as mulheres adquirem maior destaque no contexto social; a “civilização” se realiza mais plenamente graças a formas de igualitarismo moral avançado; a cidadania plena atinge toda a população adulta; a tecnologia libertou o homem da fadiga física fornecendo-lhe novos recursos “graças aos quais tornaram-se possíveis novas experiências sensoriais, de convivência e de introspecção”; as capacidades cognitivas, estéticas e morais dos indivíduos estão livres para se realizar, já libertas do jugo da tradição, da escassez e da autoridade.

Desta forma, o período em que se verificou maior magnificência da sociedade de massa pode ter coincido com o estágio final da era industrial.

As tradicionais categorias de análise social fundamentadas na mudança das nações de sociedades rurais (*Gemeinschaft*) para sociedades urbano-industriais (*Gesellschaft*) tornavam-se incapazes de explicar as novas formas de ordem e desordem social, os novos tipos de associações e de ações coletivas e os novos anseios que os indivíduos iam desenvolvendo em seus processos de socialização (DE MASI, 2003).

Porém, a comparação entre as diferentes formas sociais não é tão evidente no confronto entre a sociedade industrial e a sociedade pós-industrial. Essa última se caracteriza como uma sociedade não mais dominada pelos imperativos da padronização, do gigantismo, da concentração, da massificação, etc., mas que encontrará sua razão de ser e de transformar

os núcleos familiares, reestruturar o tempo e espaço de trabalho e não-trabalho, desmassificar a cultura e promover o individualismo psicológico e cultural. A revolução informática e tecnológica, que sobretudo graças as telecomunicações e ao fato do trabalho se tornar uma tarefa cada vez mais intelectual, pôde se desmassificar e se desconcentrar do território, fazendo até coincidir o lugar de atividade com a residência (MERLI, 2003).

Assim, podemos confrontar a Sociedade Industrial e a Pós-Industrial e perceber que existem diferenças fundamentais já que a primeira possui como característica estruturante o capital e o trabalho. Já a Sociedade Pós Industrial é estruturada pela informação e pelo conhecimento.

Atualmente vivencia-se uma fase caracterizada por uma grave crise dos modelos teóricos onde progressivamente propaga-se a noção de que a perspectiva de mundo do passado é insuficiente para explicar o presente. Para perceber as profundas divergências dos modelos teóricos podem-se confrontar as idéias de Marx e Engels (1948) e a encíclica de Leão XIII (1891) (DE MASI, 2003, p.28).

O Manifesto inspira-se no modelo dialético:

A história de todas as sociedades até o presente é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, membro de corporação e oficial-artesão, em síntese, opressores e oprimidos estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora dissimulada, ora aberta, que a cada vez terminava com uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou com a derrocada comum das classes em luta. [...] A moderna sociedade burguesa, emergente do naufrágio da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão, novas estruturas de luta no lugar das antigas. A nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se, contudo, pelo fato de ter simplificado os antagonismos de classes. A sociedade toda cinde-se, mais e mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente confrontadas: burguesia e proletariado.

Em contraposição, o modelo em que se baseia a encíclica *Rerum Novarum* é organicista:

O primeiro princípio é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os socialistas; mas contra a natureza, todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença de suas respectivas condições. [...] O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse

armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isto é uma aberração tal, que é necessário colocar a verdade numa doutrina contrariamente oposta, porque assim como no corpo humano os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo exatamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas tem imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital. A concórdia traz consigo a ordem e a beleza; ao contrário, dum conflito perpétuo só podem resultar confusão e lutas selvagens. Ora, para dirimir este conflito e cortar o mal na sua raiz, as Instituições possuem uma virtude admirável e múltipla.

Na década de 1960, nos países desenvolvidos havia a percepção de que o mundo atravessava uma transição de um tipo de sociedade para outro e que a fase substituta seria mais rica e próspera que a anterior. Nessa época, sociólogos renomados como Drucker, Toffler e Bell formularam uma nova percepção sobre a sociedade moderna que foi rotulada de sociedade pós-industrial.

A característica mais evidente da sociedade pós-industrial reside no fato de ser reconhecida como uma “sociedade de informação” que ajusta-se bem à tradição liberal, progressivista do pensamento ocidental, mantendo a fé na racionalidade e no progresso (KUMAR, 1997).

A viabilidade dessas transformações foi associada à evolução da informática e à difusão da eletrônica. Antes mesmo que tais mudanças fossem sentidas pelas massas, que aguardavam ansiosas pelas suas surpreendentes conseqüências toda uma infra-estrutura era desenvolvida vislumbrando outras finalidades.

A origem do termo informação está inextricavelmente relacionada ao desenvolvimento do computador durante os anos de guerra e ao período posterior para suprir as necessidades militares crescentes de países ocidentais, principalmente dos Estados Unidos. Componentes fundamentais do computador, como os circuitos elétricos miniaturizados foram desenvolvidos pelos americanos para uso militar em detonadores de bombas durante a Segunda Guerra Mundial. O computador surgiu principalmente para realizar cálculos balísticos e análises que resultaram na bomba atômica (KUMAR, 1997).

Desde que as novas tecnologias começaram a se disseminar revolucionando o modo de vida do homem moderno. Tais inovações aumentaram sua capacidade de memória, diminuíram sua fadiga física, ampliaram suas capacidades de cálculo e o acesso aos conhecimentos, abriram novos horizontes para a biogenética, a agricultura e os transportes (DE MASI, 2003).

Com todas essas possibilidades, além do papel militar, as novas tecnologias possibilitaram o desenvolvimento de sistemas tecnológicos sofisticados voltados para a expansão global das empresas norte americanas nos anos pós guerra. Dessa forma, o computador surgiu para atender necessidades militares, mas exerce também importantes efeitos sobre as esferas civis.

O computador foi recebido por muitos como elemento de libertação por automatizar o trabalho tedioso e cansativo libertando os trabalhadores para o desempenho de tarefas mais criativas. No entanto essa situação até hoje é mais uma esperança que uma prática, já que para muitos a aplicação da tecnologia da informação diminuiu a rotina, mas tornou o controle mais rígido. Além disso, funcionários de escritório tornaram-se meros alimentadores de máquinas, sem a mínima compreensão do objetivo geral do trabalho que realizam (KUMAR, 1997).

Muitos autores ressaltam as vantagens das tecnologias disponíveis, mas não se pode deixar de observar que esses “benefícios” se apresentam apenas para parte das pessoas. Para a minoria que a desfruta das suas vantagens a tecnologia se apresenta, muitas vezes, como fator de submissão ao criar uma certa dependência pelas comodidades que oferece.

Ainda assim, com o desenvolvimento tecnológico, passamos a vivenciar um momento onde é possível para as empresas obterem maior produção com menos trabalhadores.

Na década de 1960, os trabalhadores agrícolas dos EUA representavam 8% e hoje não chegam a 3%. Ao mesmo tempo em que a produção agrícola aumentou significativamente fazendo do país a nação mundial que mais produz e exporta produtos agrícolas, os EUA é o país que menos possui trabalhadores na agricultura (DE MASI, 2003).

Tudo indica que o mesmo ocorrerá com a indústria, com uma diminuição progressiva de trabalhadores no setor secundário ao mesmo tempo em que será verificado um significativo aumento na capacidade de produção de bens industriais. Assim, a sociedade pós-industrial, apesar de ser uma sociedade onde o principal recurso estratégico é a informação, possuirá mais bens industrializados que a sociedade industrial, pela maior eficiência obtida pelas indústrias.

Drucker (2001) destaca que a aplicação de conhecimento ao trabalho aumentou a produtividade de forma expressiva.

Na Primeira Guerra Mundial e sobretudo na Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos aplicaram continuamente a teoria de Taylor aos treinamentos dos chamados “homens de primeira classe”. Para Drucker isso explica a vitória sobre o Japão e Alemanha. Os poderes econômicos pós Segunda Guerra Mundial do Japão, Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura devem sua ascensão ao treinamento de Taylor que lhes permitiu contar com força

de trabalho pré-industrial com baixos salários e produtividade de classe internacional aumentando de 3,5 a 4% ao ano (DRUCKER, 2001).

Verifica-se que a sociedade atual não se caracteriza mais pelo modo de produção industrial, no entanto ainda não é possível determinar que fator exercerá a posição ocupada pela indústria por duzentos anos. Segundo alguns autores será a informação, para outros a personalidade e para outros o impacto da programação de sistemas (DE MASI, 2003).

Marien (1976) reuniu e classificou livros e artigos publicados sobre o assunto colecionando mais de mil títulos diferentes, conforme se verifica a seguir:

Os rótulos atribuídos à sociedade atual, aos estágios evolutivos da transição e às sociedades auspiciadas são mais de trezentos e vão desde “sociedade em impasse” (M. Crozier) e “sociedade despreparada” (D. Michael), a “idade do equilíbrio” (L. Mumford), a “consciência III” (C. Reich), a “século casual” (M. Harrington), a “estado de entropia” (H. Henderson), a “sociedade narcisista” (Ch. Lasch), a “sociedade programada” (A. Touraine e Z. Hegedus), a “sociedade pós moderna” (J. F. Lyotard), a “cultura pré-figurativa” (M. Mead), “a sociedade pós civil” (K. Boulding). E temos ainda a “sociedade pós-capitalista” de R. Dahrendorf, a “sociedade do capitalismo maduro” de C. Offe, a “sociedade do capitalismo avançado” de K. Galbraith, a “sociedade sadia” de E. Fromm, a “sociedade ativa de A. Etzioni, a “sociedade pós-materialista” de R. Inglehart, “a sociedade tecnocrônica” de Z. Brzezinski, a “terceira onda” de Toffler, a “sociedade dos serviços” de J. Gershuny e W. R. Rosengren, a “era da descontinuidade” de Drucker.

Não existe a certeza cientificamente necessária para caracterizar o sistema social que está se esboçando nem se realmente haverá fator hegemônico, assim como existiram a caça, o pastoreio, a agricultura, o mercado, a indústria. O novo sistema pode ser até mesmo policêntrico sendo formado por uma estrutura, segundo De Masi (2003) “reticulada de processos e elementos, nenhum dos quais, em si, poderia determinar a dinâmica do todo”.

Por isso, nessa dissertação a preferência foi dada ao termo “sociedade pós-industrial” que parece ser mais apropriado enquanto não ficarem claros o fator ou os diversos fatores determinantes dessa nova sociedade.

Em 1959, o professor de Harvard Daniel Bell usou o termo “pós-industrial” pela primeira vez em suas publicações que culminaram em 1973 com o livro *The coming of post-industrial society* (TEIXEIRA, 2000).

Nos Estados Unidos, desde o ano 2000, pela primeira vez os trabalhadores da área administrativa superaram em termos numéricos os da área de produção. Esse indicador da passagem de uma economia de bens para serviços, pode ser verificado também em outros países de economia capitalista.

Isto está ocorrendo devido à mudança na especialização do trabalho de produção em tarefas a requererem trabalhadores qualificados para a realização de atividades diversas na estrutura das corporações.

A sociedade pós-industrial se distingue pelo domínio dos trabalhadores do setor terciário, isto é, o setor de serviços que H. Tawney chama de Brain Workers, ou trabalhadores do cérebro ou, como se prefere, trabalhadores do conhecimento (TEIXEIRA, 2000).

Para Drucker (2001):

Os tecnólogos dão crédito às máquinas, a economistas e ao investimento de capital. No entanto, ambos foram tão abundantes nos primeiros cem anos da era capitalista, antes de 1880, quanto têm sido desde então. Com relação à tecnologia ou ao capital, os cem anos subsequentes difeririam muito pouco dos cem primeiros. Mas não houve aumento nenhum na produtividade do trabalhador durante os primeiros cem anos – e, em consequência, houve muito pouco aumento nas rendas reais dos trabalhadores ou qualquer decréscimo em suas horas de trabalho. O que tornou os cem anos que se seguiram tão diferentes só pode ser explicado como resultado da aplicação do conhecimento ao trabalho.

A produtividade das novas classes, ou seja, as classes da sociedade pós-capitalista, só pode ser aumentada aplicando-se conhecimento ao trabalho. Nem máquinas nem o capital podem fazer isso. [...] Cada vez mais, a produtividade dos operários braçais na manufatura, na agricultura, na mineração e nos transportes não pode mais criar riqueza por si mesma. A Revolução da Produtividade tornou-se vítima de seu próprio sucesso. De agora em diante, o que importa é a produtividade dos trabalhadores não braçais. E isso requer a aplicação de conhecimento ao conhecimento.

Para Bell os cinco aspectos que definem a passagem da sociedade industrial para a pós industrial são a passagem da produção de bens para serviços, a superioridade da classe dos profissionais e técnicos, a importância central do saber teórico capaz de produzir inovação e idéias que inspirem a coletividade, a gestão do desenvolvimento técnico e o controle normativo da tecnologia e a criação de uma nova tecnologia intelectual (CEVOLI, 2003).

No debate dos temas concernentes à sociedade pós-industrial, Alan Touraine toma como objeto de análise a formação da ação social e percebe que nessa sociedade os mecanismos, decisões e lutas econômicas não ocupam mais o papel central, mas que o avanço econômico dessa sociedade passa a ser gerado por outros fatores sociais cujos determinantes são os conhecimentos técnicos e científicos (CINTI, 2003).

Atualmente o conhecimento tem sido utilizado como fator de produção no lugar do capital e da força de trabalho. Pode ser cedo para caracterizar a atual sociedade como “Sociedade do Conhecimento” mas certamente há uma economia do conhecimento.

Para Touraine, nas sociedades economicamente mais avançadas o que é acumulado é a capacidade de produzir o conhecimento. Isso se manifesta na importância da educação e pesquisa, no papel definitivo da informação e da administração dos sistemas de informação no

progresso econômico. Nessas sociedades pós-industriais que Touraine também denominou de sociedades programadas, não se acumula somente bens consumíveis, instrumentos de troca e capital, mas também meios de produzir trabalhos viabilizados pela evolução técnica (CINTI, 2003).

O capitalismo tem sido utilizado através dos tempos de diferentes formas em sociedades ocidentais e orientais. Nelas sempre houve períodos de desenvolvimentos e invenções que ocasionaram mudanças técnicas tão surpreendentes quanto as atuais. O que torna os acontecimentos dos últimos anos inéditos é a rapidez com que ocorrem e o alcance dessas inovações.

A complexa imagem da sociedade que resulta dos diversos pontos até aqui apresentados, diferentemente daquela que durante 200 anos caracterizou a era industrial, e das ainda anteriores épocas rurais e mercantis, pode ser melhor visualizada na análise elaborada por Daniel Bell que compara as características da sociedade industrial, com às da sociedade pré e pós-industrial.

E esta análise foi retomada e complementada por De Masi, como demonstra o Quadro 1, nas páginas seguintes.

	<i>Sociedade pré-industrial</i>	<i>Sociedade industrial</i>	<i>Sociedade pós-industrial</i>
Período	Até o século XIX	Da metade do século XVIII até a metade do século XX	Desde a Segunda Guerra Mundial. Projeto Manhattan (1944-45), desembarque na Normandia (1944), descoberta da estrutura do DNA (1953), concentração da mão-de-obra no setor terciário nos EUA (1956), crise petrolífera (1973)
Instituições básicas	Dinastias, igreja, exército, família patriarcal, grupos primários	Estado, empresa, sindicato, banco, família nuclear, grupos secundários, partidos	Universidades, institutos de pesquisa e de cultura, grandes empresas de comunicação de massa, bancos, família instável. Grupos primários e secundários
Organização do Estado	Regimes autoritários dinásticos	Democracias representativas e Estado do bem-estar, instituições rígidas, democracia associativa, socialismo real, Estado intervencionista	Democracias representativas, neoliberalismo e Estado do bem-estar, instituições flexíveis, participacionismo
Recursos principais	Terra, matérias-primas, alto índice de natalidade	Meios de produção, matérias-primas, patentes, produtividade	Inteligência, conhecimento, criatividade, informações, laboratórios científicos e culturais

Quadro 1 - Comparação das características principais da sociedade pré-industrial, industrial e pós-industrial

Fonte: De Masi 2003.

	<i>Sociedade pré-industrial</i>	<i>Sociedade industrial</i>	<i>Sociedade pós-industrial</i>
O que está em jogo e conflitos sociais	Domínio e sobrevivência, subordinação e revoltas, guerras locais	Propriedade dos meios de produção, apropriação da mais-valia, poder de compra, conquista dos mercados. Luta de classes, conflito industrial, guerras mundiais	Elaboração e imposição dos modelos de programação, gestão do saber, <i>know-how</i> . Movimentos sociais, conflitos urbanos, guerra atômica e destruição da humanidade
Atores sociais centrais	Proprietários de terras, aristocratas, senhores. Camponeses, artesãos, plebe	Empresários, trabalhadores, sindicatos	Técnicos, mulheres, cientistas, administradores da informação, intelectuais
Estrutura de classe	Senhores, servos	Burguesia, classes médias, proletariado	Dirigentes, dominantes. Contestadores, dominados
Fator de coesão	Solidariedade mecânica, <i>gemeinschaft</i> , dimensões limitadas, origem comum, fé	Solidariedade mecânica, ideologia, solidariedade de classe, <i>gesellschaft</i> , organização formal, objetivo comum, comunicações	Solidariedade programada, redes múltiplas de comunicação, participação no grupo, objetivo comum, aldeia global
Fator de mobilidade social	Nascimento, herança, sucessão, afiliação	Nascimento, herança, merecimento, espírito empreendedor, cooptação, clientelismo, carreira	Conhecimento, ciência, instrução, estética, criatividade, cultura
Metodologias	Experiência imediata, bom senso, tentativa e erro, ação e reação, sabedoria	Empirismo e experimentação, busca de soluções, descoberta, organização científica do trabalho, padronização, especialização, sincronização, concentração, maximização; centralização; <i>one best way</i>	Teorias abstratas: modelos, simulações; análise de sistemas; pesquisa dos problemas; invenção; enfoque científico dos processos de previsão, de programação, de decisão; desregulamentação e descentralização

Quadro 1 – (continuação) - Comparação das características principais da sociedade pré-industrial, industrial e pós-industrial

Fonte: De Masi 2003.

	<i>Sociedade pré-industrial</i>	<i>Sociedade industrial</i>	<i>Sociedade pós-industrial</i>
Relações com o tempo e o espaço	Orientação para o passado, força da tradição, resposta imediata; tempos sincronizados com a natureza; disponibilidade de tempo; sentido do além	Adaptação conjuntural às necessidades: Planejamento a médio prazo; cálculo científico dos tempos e sua redução, ritmo padronizado e imposto, baseado na máquina; vida baseada no tempo de trabalho	Orientação para o futuro; cenários e previsões a longo prazo; ritmo de trabalho escolhido e individualizado, baseado no próprio indivíduo; vida baseada no lazer; <i>real time</i>
Dimensão local	Coincidência do lugar onde se vive com o lugar onde se trabalha	Dimensão multinacional; lugar onde se trabalha separado do lugar onde se vive. Unidade de tempo e de lugar	Dimensão transnacional; conexões telemáticas e televisivas de todos os lugares
Estrutura psíquica	Personalidade	Personalidade edípica	Personalidade narcisista
Vantagens	Ritmos lentos, equilíbrio com a natureza, autogestão, pouca burocracia, solidariedade primária	Consumo de massa, mobilidade geográfica e social, domínio da natureza, igualitarismo	Educação de massa, acesso às informações, lazer, invenção da natureza, redução da incerteza
Desvantagens	Miséria, servidão, mortalidade infantil, ignorância, fadiga física	Alienação, competitividade, desperdício, anomia, fadiga psicofísica, exploração	Manipulação, direção externa, controle externo, massificação, marginalização, desemprego, fadiga psíquica

Quadro 1 – (continuação) - Comparação das características principais da sociedade pré-industrial, industrial e pós-industrial

Fonte: De Masi 2003.

Alain Touraine publicou na França entre 1959 e 1969 uma série de artigos posteriormente reunidos na obra *La société post-industriale* (1969) mostrando que a sociedade, o único dentre todos os sistemas naturais, tem a capacidade de criar o conjunto de suas vocações valendo-se do conhecimento, da acumulação e dos modelos culturais (DE MASI, 2003).

A sociedade industrial produzia principalmente meios de produção, bens a serem consumidos, capital. A sociedade pós-industrial gera conhecimento, administração de sistemas, capacidade de programar a mudança.

“O princípio da sociedade industrial era colocar o trabalho à disposição do capital. O princípio da sociedade pós-industrial é colocar o presente à disposição do futuro” (DE MASI, 2003).

Merli (2003) citando Toffler (1981, p.23) ressalta que:

Uma nova civilização está emergindo em nossas vidas [...] Essa nova civilização traz consigo novos estilos de família; novos modos de trabalhar, amar e viver; uma nova economia; novos conflitos políticos e, em última análise, também uma profunda alteração da consciência do homem. Fragmentos dessa nova civilização já existem hoje. Milhões de homens já estão ordenando sua vida pelos ritmos de amanhã. Outros, aterrorizados com o futuro, se desesperam e futilmente refugiam-se no passado, procurando restaurar aquele velho mundo que lhes dá segurança.

Para o autor, o futuro está contido no presente, sendo possível visualizar seus aspectos nos elementos, episódios, dinâmicas, realidades, propriedades, mudanças e reações que hoje já mostram suas novidades e dão pistas do que poderá vir pela frente.

Diante desse cenário, repleto de novidades, verifica-se a ocorrência de mudanças no modo de vida dos indivíduos e, portanto, uma mudança no modo como esses sujeitos se relacionam com o seu cotidiano, com o trabalho e com as outras pessoas. Estão sendo construídos novos valores e a questão da inserção dos computadores e dos demais suportes tecnológicos, indicam muito sobre as mudanças nas representações políticas, econômicas e culturais do mundo, sobre as novas formas de estudo e trabalho e sobre os modos com que os sujeitos habitam esses novos espaços.

As relações sociais e de trabalho mudam porque os indivíduos experimentam a novos equipamentos, novos suportes e se defrontam com novas exigências em seus ambientes de sociabilidade que exigem novos conhecimentos.

Para Toffler, estamos participando do nascimento de uma nova civilização. Um novo código está tomando forma, um conjunto de princípios próprios dos novos tempos, regras novas, fundamentais para a sobrevivência social (MERLI, 2003).

3 A REVOLUÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

“É na mudança que as coisas repousam.”
(HERÁCLITO)

Para Castells (1999), a história da vida “é uma série de situações estáveis, pontuadas em intervalos raros por eventos importantes que ocorrem com grande rapidez e ajudam a estabelecer a próxima era estável”.

Nos tempos atuais, estamos progressivamente obtendo novas capacidades e compreensões sobre a presença humana. Habitar o mundo real e digital ao mesmo tempo, e ter a possibilidade de estar potencialmente em diversos lugares simultaneamente está nos trazendo novos conceitos do espaço e tempo. Novas maneiras de refletir e perceber as próprias capacidades humanas. Essa necessidade de rapidez dos tempos atuais é estruturante e deve ser pensada a partir da discursividade do próprio espaço de enunciação da tecnologia da informação.

Dias (2004) mostra que esse espaço tecnológico é experimentado virtualmente, não podendo ser localizado em nenhum lugar. Nisso há fundamentalmente um deslocamento de sentido. O espaço passa a ser experimentado de um novo modo chamado “virtual” e isso representa a recente configuração do mundo.

No caso da empregabilidade, os espaços tecnológicos modernos estão configurados de modo que os sujeitos possam estar ligados a todos os outros que estejam conectados a Internet. Esse fato aumentou as possibilidades de contratação das empresas que podem agora empregar pessoas que estejam conectadas a rede, independentemente da sua localização geográfica, para a execução de trabalhos que não exijam a presença física.

Até os anos 1990 o trabalho à distância era considerado uma modalidade pouco recomendada para a execução das atividades laborais tanto nas sociedades desenvolvidas quanto nas em desenvolvimento por serem associadas a informalidade e até a marginalidade.

Porém a dinâmica dos mercados e das economias em todo o mundo rompeu esses paradigmas e, viabilizadas pela internet, permitiu outras formas de mobilizar as forças de trabalho, onde há instabilidade nos contratos de trabalho, percebe-se aumento progressivo da terceirização e do trabalho em tempo parcial e onde o trabalho realizado à distância passou a ser percebido como uma estratégia bastante eficiente para a efetivação dos objetivos organizacionais.

Iniciou-se um processo onde qualquer atividade que possa ser digitalizada e executada à distância, assim será realizada, pois o atual mercado competitivo impulsiona as empresas a perseguirem alternativas para redução dos custos, que hoje podem ser conseguidos através da:

- contratação de mão de obra menos onerosa - mesmo que esses funcionários residam em outras localidades;

- diminuição da necessidade de espaços físicos para acomodar os trabalhadores, visto que esses podem trabalhar em suas próprias residências ou escritórios;

- redução da necessidade de compra de insumos e equipamentos - os empregados podem utilizar os próprios computadores, materiais de escritório, aparelhos telefônicos entre outros.

O processo de globalização somado ao avanço tecnológico inseriu o trabalho à distância em cadeias produtivas que ultrapassam as fronteiras de cidades, estados e países. Com isso, pode-se prever que haverá importantes conseqüências sociais decorrentes desse cenário que progressivamente vai se estabelecendo, como por exemplo:

- dificuldade de localização do lucro e do estabelecimento de estratégias tributárias duvidosas pelas empresas, uma vez que a cadeia produtiva se estabelece em diferentes cidades, estados e países;

- concorrência global entre a mão de obra local e externa para a execução de trabalhos que possam ser realizados à distância o que se realizado em grande escala pode desfavorecer países com alta carga tributária e aumentar a recessão;

- concorrência global entre as condições tributárias ocasionando uma guerra fiscal;

- os locais de comercialização de bens e serviços e as localidades de produção, de tributação e de realização do trabalho ficam desvinculados, o que traz uma dinâmica totalmente nova aos mercados.

Dias (2004) aborda também que essa discursividade, mudou o conceito de espaço já que todos estão no mesmo espaço virtual.

É nesse sentido que pensamos a língua na sua relação com a constituição do espaço e a organização das sociedades. Nessa dissertação, trabalho com o conceito de sociedade pós-industrial caracterizada como uma sociedade tecnológica onde o principal ativo é a informação e, portanto, bastante centrada nos novos aparatos tecnológicos.

Com relação ao conceito de tempo, verifica-se a constituição de uma cultura da velocidade, iniciada com o surgimento dos computadores pessoais e que culminou com o advento do ciberespaço que passa a ser o espaço discursivo onde são constituídos, circulam e

se formulam os sentidos dos sujeitos afetados pelas novas tecnologias da informação (DIAS, 2004).

No final do século XX, a humanidade viveu um desses raros intervalos da história cuja principal característica é a transformação de nossa cultura material através dos mecanismos do novo paradigma tecnológico organizado em torno da tecnologia da informação. São tecnologias da informação o conjunto convergente de tecnologias de microeletrônica, computação (software e hardware) e telecomunicações além da engenharia genética e seu conjunto de progressivas aplicações e desenvolvimentos (CASTELLS, 1999).

A revolução tecnológica da informação emergiu como um fenômeno econômico e cultural que representa, no mínimo, um evento da mesma importância da Revolução Industrial do século XVIII e que converge para a constituição de um novo meio de comunicação, de pensamento e trabalho para as sociedades humanas (LEVY, 2000).

O que caracteriza a presente revolução tecnológica é a aplicação dos conhecimentos e das informações na geração de novos conhecimentos assim como na criação de dispositivos de processamento e comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e o seu uso. No novo paradigma tecnológico este ciclo é muito rápido com a conseqüente difusão da tecnologia ampliada, segundo Castells (1999), “de forma infinita, à medida que os usuários apropriam-se dela e a redefinem”.

Diversos avanços tecnológicos ocorreram nas duas últimas décadas no desenvolvimento de materiais avançados, novas fontes de energia, aplicações da medicina, técnicas de produção, transportes, comunicações, informática entre diversas outras.

Percebe-se que há um acontecimento digital que está se impondo com considerável impacto sobre a sociedade. Porém sob a óptica discursiva, deve-se considerar que essas mudanças não são forçadas e nem ocorrem espontaneamente “por vontade do mundo”. Trata-se de uma necessidade histórica na qual a sociedade progressivamente passa por um processo de construção de novos paradigmas com a informática ocupando o papel central, atingindo todas as áreas e constituindo novas formas de significação.

Há portanto uma relação próxima entre os processos sociais e as forças produtivas quando verificamos que na sociedade pós-industrial a mente humana constitui uma força direta e um dos principais ativos de produção.

Peter Drucker (1998) considera informação como “dados dotados de relevância e propósito” pela própria sociedade. Neste contexto, a informação possui grande valor para os indivíduos e instituições uma vez que está presente em todas as atividades que envolvem pessoas, sistemas, processos, tecnologias, recursos financeiros, entre outros. Representa

assim, um esforço coordenado de modo que quanto mais informações temos, maior é o esforço para obtê-las.

Por outro lado, mesmo com o imenso volume de informações disponíveis, sabe-se que grande parte delas não são proveitosas nem positivas. É o debate sobre o excesso de informações onde há uma contradição entre a incomensurável quantidade disponível e questão de como se lidar com esse exagero.

Dias (2004) mostra que o mundo desdobra-se em seu funcionamento discursivo, fazendo com que novas relações de sentido sejam estabelecidas.

No caso do discurso digital, a quantidade e a rapidez das informações são estruturantes e nos fazem refletir se representam realidades positivas para o indivíduo ou situações de coerção para transformar o indivíduo em instrumento da indústria e do mercado.

Pensando materialmente, a informatização nesse sentido constitui uma força de produção e não um elemento do sistema produtivo.

Como expõe Morin (1991) na sociedade da informação, imergimos para uma sociedade midiaticizada onde “os indivíduos produzem a sociedade e essa produz os indivíduos, onde o todo está na parte e a parte está no todo”.

3.1 A evolução das tecnologias da informação

As novas tecnologias da informação propagaram-se pelo mundo rapidamente em menos de duas décadas, entre os anos de 1970 e 1990 (CASTELLS, 1999).

Durante a evolução da informação, na metade da década de 1970 nos Estados Unidos, um grupo de jovens inventou o computador pessoal. A principal intenção era formar novas bases informáticas e ao mesmo tempo revolucionar a sociedade (LEVY, 1993).

Um grande avanço ocorreu quando em 1971 o engenheiro da Intel Ted Hoff inventou o micro-processador, que é o computador com um único chip.

Poucos lugares do mundo possuíam tal concentração de empresas e organizações tecnológicas, componentes eletrônicos e artefatos informáticos como Silicon Valley (Vale do Silício) localizado no condado de Santa Clara, a 48km ao sul de São Francisco nos Estados Unidos. Encontravam-se nesse local a NASA, Hewlett-Packard (HP) que obteve grande evolução após a Segunda Guerra, Atari e Intel (LEVY, 1993).

Instalavam-se no Parque Industrial de Stanford no Vale do Silício as empresas consideradas inovadoras e aprovadas pela Universidade de Stanford (CASTELLS, 1999).

Engenheiros voluntários ajudavam jovens fanáticos por eletrônica nas suas experimentações onde se destacavam Steve Jobs e Steve Wozniac por serem bastante ativos (LEVY, 1993).

Wozniac criou um computador com circuitos e para vendê-lo juntamente com Jobs foi fundada a Apple em 1976 com um capital de US\$ 91 mil (CASTELLS, 1999).

Seu computador Apple1 apresentava diversos problemas de Interface como a necessidade de programá-lo cada vez que fosse ligado. O Apple2 já veio dotado de memória ROM podendo ser utilizado à partir do momento em que fosse iniciado. Em 1976, Jobs se convenceu de que havia um grande mercado potencial para computadores pessoais e que para sobreviver, a empresa deveria dirigir-se a um público amplo. Em 1979 as vendas do Apple2 dispararam (LEVY, 1993).

O desenvolvimento dos microcomputadores estabeleceu uma linha divisória na utilização da tecnologia da informação (CASTELLS, 1999).

Em 1982 a Apple alcançou a marca de US\$ 583 milhões em vendas indicando a era da difusão do computador. Rapidamente a IBM reagiu lançando em 1981 a sua versão de microcomputador com um nome brilhante: computador pessoal (PC) que acabou por se tornar a denominação genérica dos microcomputadores. Como a IBM não era proprietária da tecnologia, mas sim terceiros, o equipamento sofreu clonagem em escala maciça, em especial na Ásia, disseminando um padrão comum (CASTELLS, 2000).

Em 1975, Bill Gates e Paul Allen desenvolveram o primeiro software adaptado as operações dos microcomputadores chamado BASIC, que obteve tanto sucesso que motivou a fundação em 1976 da Microsoft, atual superpotência das empresas de software.

A Internet foi iniciada como uma única rede denominada ARPANET, uma experiência do Governo dos Estados Unidos realizada em 1969. A ARPA (Advanced Research Projects Agency) constituía a Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. No início a rede ligava participantes da sua área técnica (militares, agências governamentais e pesquisadores) e objetivava permitir o compartilhamento de recursos computacionais e troca de informações, independentemente do local onde os usuários estivessem. Além disso, criar uma rede de área estendida e segura para trocas de informações militares (TURBAN, 2003).

No início da década de 1980, outras redes como a Computer Science Network (CSNET) e a BITNET passaram a fornecer operações em rede nacionalmente para comunidades acadêmicas e de pesquisa. Em 1986 surgiu a National Foundation Network (NSFNET) que conectava pesquisadores de todos os Estados Unidos a cinco centros de

supercomputadores. A operação conjunta de todas essas redes deu origem à Internet (TURBAN, 2003).

No fim da década de 1980 milhões de usuários de computador já utilizavam as comunicações computadorizadas em redes cooperativas ou comerciais que não faziam parte da Internet. Essas redes, ao aderirem aos protocolos da Internet, na década de 1990, garantiram a integração e a expansão da rede. Em abril de 1995 a rede governamental foi totalmente privatizada não contando com nenhuma autoridade supervisora (CASTELLS, 1999).

Porém, no início da década de 1990 os iniciantes ainda encontravam dificuldade para usar a Internet pois a capacidade de utilização de gráficos era muito limitada tornando enorme a dificuldade de utilização.

A criação por Tim Berners Lee e Robert Cailliau de um novo aplicativo na Europa ainda em 1990, a teia de amplitude mundial (Word wide web – WWW) que organizava os sites da Internet por informação, e não mais por localização, ofereceu um sistema mais fácil para acesso de informações baseado em multimídia para proporcionar uma linguagem audiovisual ao aplicativo. Essa tecnologia corresponde a um sistema que lida com todos os tipos de informações digitais, incluindo texto, gráficos, vídeos e sons. Usa interfaces gráficas que simplificam a sua utilização (TURBAN, 2003).

O novo sistema era baseado em hipertexto, termo idealizado por Ted Nelson, em 1974 para denominar uma forma de organização de informações fundamentada em remissões horizontais. Em seguida foi criada a linguagem de marcação de hipertexto (hypertext markup language – HTML) para que os computadores pudessem adaptar suas diferentes linguagens nesse formato compartilhado (CASTELLS, 1999).

Para acessar os sites na Internet, o usuário deveria especificar uma URL (uniform resource locator) que correspondia a um formato padronizado de endereços eletrônicos. Em seguida produziram um protocolo de transferência de hipertexto (hypertext transfer protocol – HTTP) com função de orientar a comunicação entre programas navegadores e servidores de WWW (TURBAN, 2003).

Em 1992, Marc Andreessen na tentativa de proporcionar à Web uma face gráfica e rica em termos de comunicação com o usuário criou um software navegador para permitir o acesso das páginas chamado Mosaic que em 1994 deu origem à Netscape com milhões de usuários por todo o mundo (CASTELLS, 1999).

Todos os desenvolvimentos citados desde a ARPANET em 1969 e o CHIP em 1971 até a WWW em 1990 representaram marcos importantes para as mudanças tecnológicas e

sociais que vêm ocorrendo. Essas inovações foram elaboradas por pessoas diferentes e de forma desconectada, mas em conjunto é que conseguem mostrar sua verdadeira força transformadora.

Atualmente, usuários podem acessar a rede não apenas de seus computadores mas de uma série de aparelhos especializados, capazes de abranger todos os setores da vida, desde as atividades da casa até o trabalho, centros de compras, de entretenimento e os transportes públicos (CASTELLS, 1999).

Segundo Takahashi (2000, p.19):

Assistir à televisão, falar ao telefone, movimentar a conta no terminal bancário e, pela Internet, verificar multas de trânsito, comprar discos, trocar mensagens com o outro lado do planeta, pesquisar e estudar são hoje atividades cotidianas, no mundo inteiro e no Brasil. Rapidamente nos adaptamos a essas novidades e passamos – em geral, sem uma percepção clara nem maiores questionamentos – a viver na Sociedade da Informação, uma nova era em que a informação flui a velocidades e em quantidades há apenas poucos anos inimagináveis, assumindo valores sociais e econômicos fundamentais.

A experiência bem sucedida do Vale do Silício inspirou o desenvolvimento e a implantação de outros centros tecnológicos por todo o mundo. Dos mais relevantes podemos citar Tóquio-Yokohama no Japão, Paris-Sud como maior centro europeu, Moscou-Szelenograd na União Soviética, Pequim e Xangai na China, Cidade do México no México, Buenos Aires na Argentina, Bangalore na Índia e São Paulo-Campinas no Brasil.

Dessa forma, a revolução da tecnologia da informação construiu alicerces para a construção dos meios de inovação onde as descobertas e as aplicações interagem e eram testadas em um processo ininterrupto de tentativa e erro. Tais ambientes só foram viabilizados pela integração espacial dos centros de pesquisa, instituições de ensino superior, empresas de alta tecnologia, uma rede de fornecedores e empresas de capital de risco para financiar os novos empreendimentos (CASTELLS, 1999).

3.2 O paradigma da tecnologia da informação

O paradigma da tecnologia da informação organiza a prática da transformação tecnológica atual na medida em que gera novas relações de sentido envolvendo a economia e a sociedade.

Takahashi (2000), argumenta que a sociedade da informação não é um modismo mas uma profunda mudança na dinâmica social e econômica, sendo considerada um novo paradigma técnico-econômico. Trata-se de um fenômeno global, com grande potencial

transformador das atividades sociais e econômicas uma vez que a estrutura e a dinâmica dessas atividades serão inevitavelmente afetadas pela infra-estrutura de informações disponível.

Algumas características desse paradigma podem ser consideradas como a base material da sociedade da informação como lê-se abaixo nas palavras de Castells (1999) e Takashashi (2000):

1. Ao contrário das revoluções tecnológicas anteriores quando a informação servia para agir sobre as tecnologias, a informação é a matéria prima. Trata-se de tecnologias para agir sobre a informação;
2. O segundo aspecto diz respeito à penetrabilidade social dos efeitos das novas tecnologias. Como a informação é parte integral de qualquer atividade humana, todos os processos da existência individual e coletiva são diretamente adaptados pelo novo meio tecnológico;
3. A terceira característica se relaciona a lógica das redes em qualquer sistema ou conjunto de relações. A morfologia da rede parece se encontrar bem adaptada à crescente complexidade de conexão entre os indivíduos e aos modelos imprevisíveis do desenvolvimento gerado pelo poder criativo dessas comunicações. Além disso, quando as redes difundem seu crescimento torna-se exponencial, pois a importância de estar na rede torna-se cada vez maior graças ao número crescente de conexões e da redução de custo em padrão linear. Para Castells, a “penalidade por estar fora da rede aumenta com o desenvolvimento da rede em razão do número em declínio de oportunidades de alcançar outros elementos fora da rede”. Takahashi (2000, p.3) ressalta o fantástico aumento da Internet em todo mundo exemplificando que nos EUA, atingiu 50 milhões de usuários em apenas quatro anos, enquanto para atingir o mesmo número de usuários, o computador precisou de 16 anos, a televisão 13 anos e o rádio, 38.
4. Em quarto a flexibilidade dos processos que são sempre reversíveis assim como as organizações e instituições que podem ser sempre alteradas pela reorganização de seus componentes. É possível inverter as regras sem aniquilar a organização pois a sua base material pode ser reaparelhada e reprogramada;
5. Takahashi (2000) mostra que essa convergência da base tecnológica decorre da possibilidade de se poder representar qualquer tipo de informação de uma

única forma, a digital. Através da digitalização, a computação (informática e suas aplicações), as comunicações (transmissão e recepção de dados, voz, imagens, etc) e os conteúdos (livros, filmes, pinturas, música, fotografias, etc) aproximam-se abrindo um imenso leque de aplicações em função da criatividade, curiosidade e capacidade de absorção dessas tecnologias pelas pessoas.



Figura 2: A convergência de conteúdos, computação e comunicações

Fonte: SOCINFO

É fundamental manter distância entre a análise acerca do surgimento de novas formas e processos sociais, induzidos e facilitados por novas tecnologias e a disseminação das conseqüências potenciais desses avanços para a sociedade e as pessoas. Desta forma, a dimensão social da revolução da tecnologia da informação parece estar direcionada a cumprir a lei proposta por Melvin Kranzberg sobre a relação entre tecnologia e sociedade: “A tecnologia não é nem boa, nem ruim e também não é neutra” (CASTELLS, 1999).

3.3 O cenário brasileiro

Takahashi (2000) comenta que ao Brasil tornou-se imediatamente necessário estimular rapidamente o programa chamado “Sociedade da Informação”. No decorrer da década de 1990, foram implementados com sucesso aspectos críticos para a formulação e operacionalização de tal programa.

A Internet obteve grande impulso primeiramente na comunidade científica e logo após no setor privado estando aberta comercialmente desde 1995. As telecomunicações foram inteiramente privatizadas e foi criada a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) o que facilitou o acesso aos meios de comunicação. As atividades comerciais que utilizam a Internet no Brasil encontram-se em plena expansão, perfazendo metade do mercado Latino

Americano em número de usuários e em volume de transações. Algumas aplicações de governo tem tido grande importância social na melhoria da eficiência interna e na prestação de serviços ao cidadão. Porém, a inserção favorável do país exigirá além da base tecnológica e da infra-estrutura instaladas, uma série de ações nas estruturas produtivas e organizacionais no sistema educacional, nas instâncias reguladoras e normativas de governo em geral (TAKAHASHI, 2000).

Para acompanhar as transformações tecnológicas, o governo brasileiro implementou em setembro de 2000 o Programa Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde, que recomenda o desenvolvimento de competências nos indivíduos para atuar de forma efetiva na produção de bens e serviços, tomada de decisões baseadas no conhecimento, na operação fluente dos novos recursos e meios tecnológicos e na utilização criativa de novas mídias seja para uso rotineiro ou sofisticado.

As ações do Governo Federal visam à promoção do acesso às novas tecnologias de informação no Brasil assim como a capacitação da população no domínio necessário para buscar e utilizar as informações disponíveis e para o enriquecimento cultural da sociedade (SILVA, 2007).

A informação deve estar à disposição da sociedade, não apenas motivada pela lei que obriga a publicidade das ações da administração pública, mas por permitir a participação e controle do cidadão: “A participação e o controle social sobre o governo dependem da circulação de informação” (VAZ, 2005).

Analisando discursivamente, tal questão está relacionada às relações de poder. O cenário atual mostra que essas informações estão apenas à disposição do governo e não da sociedade. Seria interessante que as informações fossem disponibilizadas tal como preconiza Vaz (2005) para mudar as relações de poder.

Castells (1999) declara que a velocidade da difusão tecnológica é seletiva tanto social quanto funcionalmente.

No Livro Verde, pode-se ler nas palavras dos representantes do governo brasileiro que a Sociedade da Informação possui marcante dimensão social em função do seu alto potencial de favorecer a integração, ao reduzir as distâncias entre as pessoas e aumentar o seu nível de informação. Porém não é isenta de riscos uma vez que as novas tecnologias podem ampliar a desigualdade entre pessoas, nações e blocos de países. De qualquer modo, no período entre 1991 a 1997, a Internet se disseminou por todo o mundo proporcionando conectividade a países que se encontravam fora das redes. Mesmo que em muitos países o serviço seja restrito

a poucos a velocidade de difusão da Internet mostra que se tornou um padrão considerado como fator estratégico para o desenvolvimento das nações (TAKAHASHI, 2000).

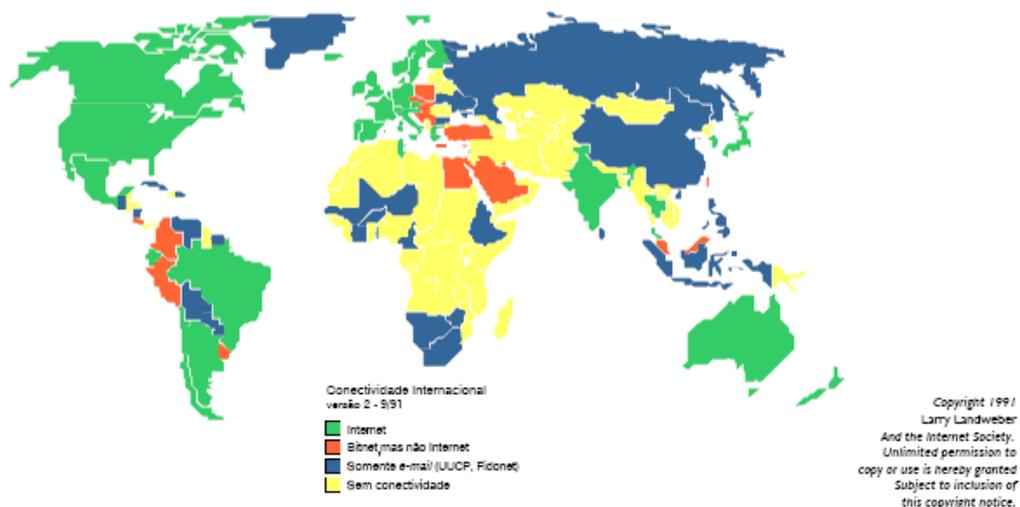
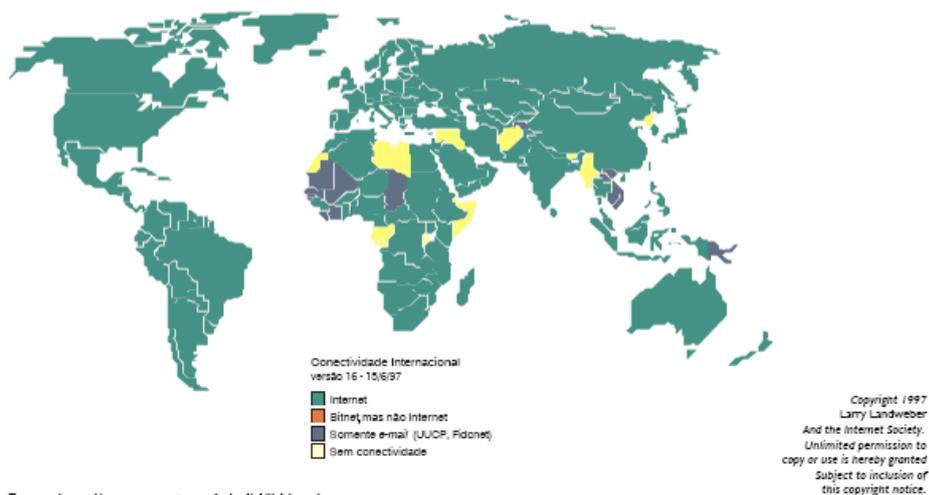


Figura 3: Conectividade Global em 1991

Fonte: CS



Fonte: <http://www.cs.wisc.edu/~lhl/lhl.html>

Figura 4: Conectividade Global em 1997

Fonte: CS

Na opinião de Takahashi (2000) o percurso rumo a Sociedade da Informação representa um grande desafio para todos os países. Porém, em cada um possui características particulares de oportunidades e riscos:

O objetivo do Programa Sociedade da Informação é integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a

economia do País tenha condições de competir no mercado global. A execução do Programa pressupõe o compartilhamento de responsabilidades entre os três setores: governo, iniciativa privada e sociedade civil.

Takahashi, como organizador do Livro Verde da Sociedade da Informação, mostra o discurso do Governo Federal relacionado à tecnologia da informação no Brasil. No trecho acima, quando diz que o governo tomará providências para viabilizar a inclusão social de *todos os brasileiros* o autor mostra o discurso da inclusão, que pretende transformar o dominado, o excluído para adequá-lo às formas dominantes de cultura, seja do conhecimento, seja da classe social, ou que intenciona inserir o não inserido, ou como propõem Orlandi (2009), falar do lugar em que a gestão pública se coloca como lugar do assistencialismo, do multi-culturalismo, do comunitarismo, frente à ideologia da mundialização.

Sendo o Brasil um país com enormes abismos sociais esse cenário é difícil de ser concretizado e mostra fortes marcas do discurso político onde muito pode ser prometido mas o comprometimento com a efetivação das promessas é relativo. Uma pesquisa realizada pela pesquisadora Maria Lucia de Macedo Cardoso em 2009 sobre a avaliação nutricional de crianças de 0 a 5 anos no bairro Cidade de Deus localizado na cidade do Rio de Janeiro mostra que 22% das crianças estavam desnutridas, ou seja, passando por problemas de falta de alimentação adequada e regular. No estado de Alagoas, quase 10% das crianças até 5 anos sofrem de desnutrição crônica, só para citar alguns exemplos.

Se o país está longe de resolver problemas básicos como saúde, alimentação e educação, como imaginar que o Governo Federal em curto espaço de tempo seja capaz de levar a tecnologia da informação a todos os brasileiros?

Considerando que discursivamente o sentido é sempre relação a, estas divisões supõem que, de um lado, o sistema capitalista e de outro, estas formas de conhecimento e seus agentes, sujeitos e posições-sujeito sejam inertes. Porém ao contrário, tudo está em movimento e se transforma. Por isso interessa identificar nos sentidos de dominação e resistência que são constituídos nessa relação, tendo em vista que tanto a estruturação quanto a desestruturação conduzem ao movimento da sociedade na história (ORLANDI, 2009).

Sobre o discurso de dominação do Governo verificamos as sete as grandes linhas de ação do Programa Sociedade da Informação, conforme demonstrado no quadro abaixo com suas devidas finalidades (TAKAHASHI, 2000):

Linhas de ação	Descrição
Mercado, trabalho e oportunidades	Promoção da competitividade das empresas e a expansão das pequenas e médias empresas, apoio à implantação de comércio eletrônico e oferta de novas formas de trabalho, por meio do uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação.
Universalização de serviços e formação para a cidadania	Promoção da universalização do acesso à Internet, buscando soluções alternativas, com base em novos dispositivos e meios de comunicação; promoção de modelos de acesso coletivo ou compartilhado à Internet e fomento a projetos que promovam a cidadania e a coesão social.
Educação para a sociedade da informação	Apoio aos esquemas de aprendizado, de educação continuada e a distância baseados na Internet e em redes, através de fomento ao ensino, auto-aprendizado e certificação em TIC; implantação de reformas curriculares visando ao uso das TIC em atividades pedagógicas e educacionais, em todos os níveis da educação formal.
Conteúdos e identidade cultural	Promoção da geração de conteúdos e aplicações que enfatizem a identidade cultural brasileira e as matérias de relevância local e regional; fomento a esquemas de digitalização para a preservação artística, cultural, histórica, e de informações de C&T, bem como a projetos de P&D para geração de tecnologias com aplicação em projetos de relevância cultural.
Governo ao alcance de todos	Promoção da informatização da administração pública e do uso de padrões nos seus sistemas aplicativos; concepção, prototipagem e fomento à aplicações em serviços de governo, especialmente os que envolvem ampla disseminação de informações; fomento à capacitação em gestão de tecnologias de informação e comunicação na administração pública.
P&D, Tecnologias-chave e aplicações	Identificação de tecnologias estratégicas para o desenvolvimento industrial e econômico e promoção de projetos de P&D aplicados a essas tecnologias nas universidades e no setor produtivo; concepção e indução de mecanismos de difusão tecnológica; fomento a aplicações piloto que demonstrem o uso de tecnologias-chave; promoção de formação maciça de profissionais, entre eles os pesquisadores, em todos os aspectos das TIC.
Infra-estrutura avançada	Implantação de infra-estrutura de informações, integrando as diversas redes – governo, setor privado e P&D; adoção de políticas e mecanismos de segurança e privacidade; fomento à implantação de redes, de processamento de alto desempenho e à experimentação de novos protocolos e serviços genéricos; transferência acelerada de tecnologia de redes do setor de P&D para as outras redes e fomento à integração operacional.

Quadro 2 - Linhas de Ação do Programa Sociedade da Informação
Fonte: Programa Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde

O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), em sua pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação publicada em 2010, mostra o cenário do país após dez anos de implementação do Programa Sociedade da Informação no Brasil.

Os resultados indicam a intensificação do uso e da posse das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil, sendo que tais indicadores de acesso são determinados por fatores sócio-econômicos e pelas desigualdades regionais (BALBONI, 2008).

Quanto maior a renda do domicílio e mais rica a região onde este se encontra, maior o acesso. A televisão está presente em 98% das residências, seguida pelo rádio, cujo indicador teve uma queda, de 89% em 2007 para 86% em 2009 e pelo telefone celular que aumentou a penetração nos domicílios de 74% para 82% e que gradativamente vêm substituindo o telefone fixo em queda e ainda responsável por 44% das comunicações domésticas. Os computadores estão em ascensão e presentes em 34% dos domicílios (VIEIRA, 2010).

Esses números surpreendem quando se percebe a tendência de queda na penetração e uso do rádio nas residências apesar do baixo custo do equipamento. Mesmo tímida, essa diminuição mostra que a informação (notícias, entretenimento) está chegando para as pessoas de outras maneiras, o que possui importante significado social, uma vez que a forma da relação enunciativa do rádio trazia aspectos das relações sociais e pessoais muito interessantes pois sempre representou uma forma de socialização muito forte.

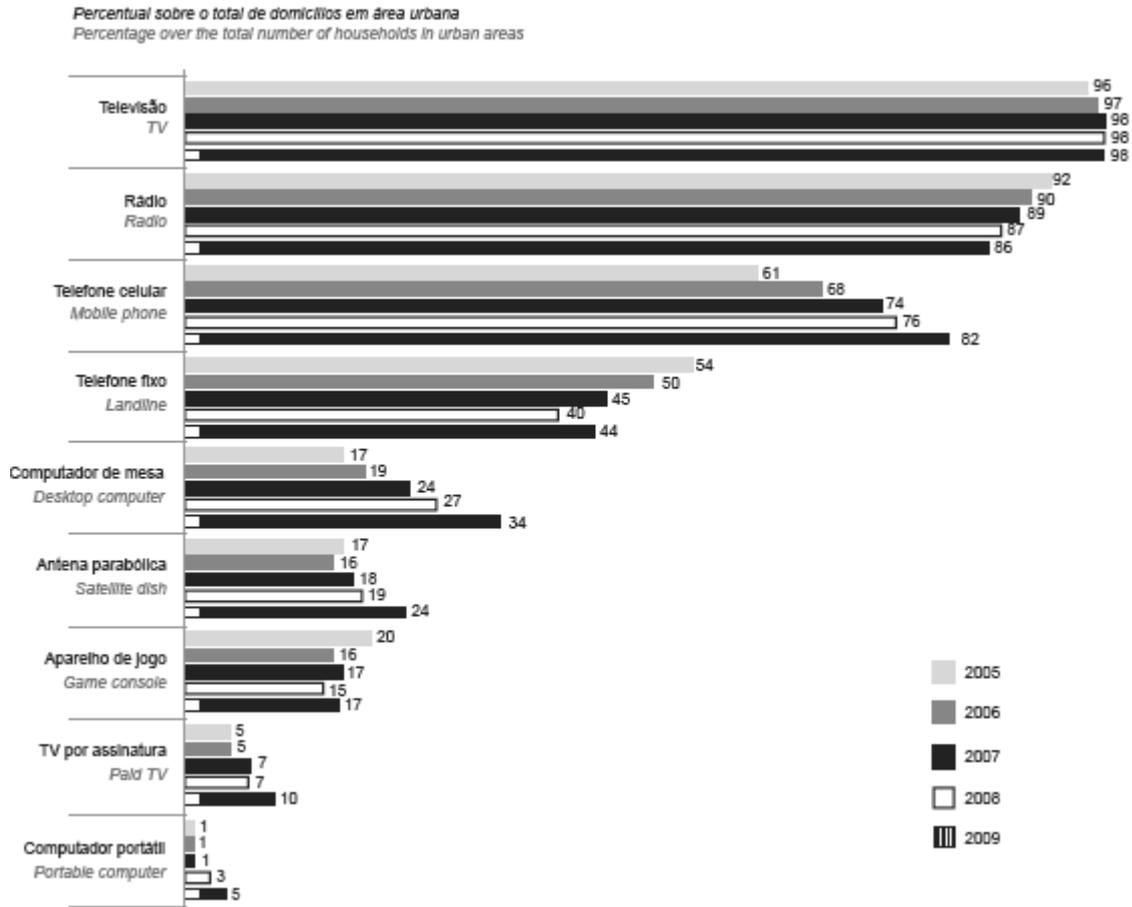


Gráfico 1 – Proporção de domicílios que possuem equipamentos de TIC (%)
Fonte: NIC.br - set/nov 2009

Na pesquisa realizada em 2007 nos domicílios, pela primeira vez desde que o levantamento começou a ser realizado, mais da metade dos entrevistados (53%) afirmaram já ter usado um computador, sendo que 40% podem ser considerados usuários por terem usado o equipamento nos últimos três meses (BALBONI, 2008).

Na pesquisa realizada em 2009, a aquisição de computadores cresceu em todas as regiões do país. Das residências brasileiras pesquisadas 36% possuem computadores sendo que em 2008 apenas 28% possuíam o equipamento (VIEIRA, 2010).

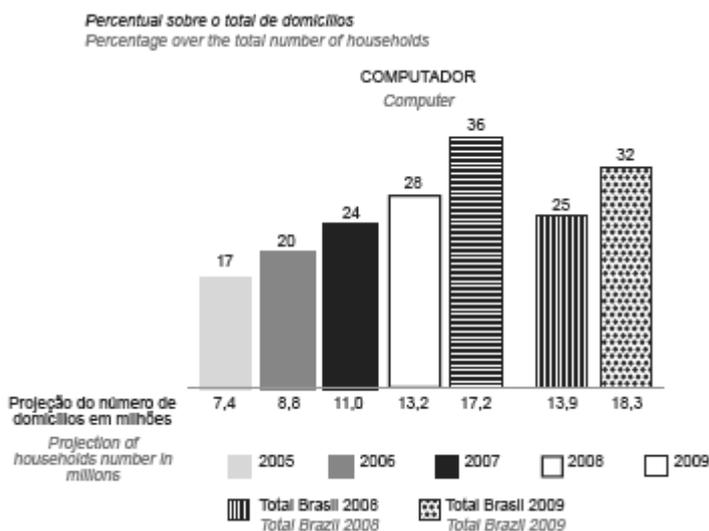


Gráfico 2 – Computador posse (%)
Fonte: NIC.br - set/nov 2009

O Governo Federal prevê um crescimento ainda maior para os próximos anos devido a ampliação da Classe C, que hoje já representa metade da população brasileira e pretende esforçar-se para aumentar o acesso das classes D e E que não podem adquirir computadores nem a preços reduzidos.

No quadro 3, na página seguinte, se constata que a renda familiar é um indicador que incide diretamente na questão da aquisição de computadores. Na classe A a taxa de posse de computador no domicílio é de 94% enquanto na classe B é de 77%, na classe C 32% e na classe D e E apenas 5%.

Vieira (2010) observa que houve considerável incremento da posse de computadores portáteis, os notebooks; entre 2007 e 2008 já haviam crescido aproximadamente 150% na área urbana, passando de 1% para 3%, e entre 2008 e 2009 cresceram cerca de 70%, passando de 3% para 5%. Vale destacar o desempenho da região Sul, onde 9% dos domicílios já possuem um notebook, e para domicílios com renda acima de 10 salários mínimos, nos quais 38% dos respondentes declararam possuir o equipamento.

Além da ampliação individual dos computadores de mesa e dos portáteis, 3% da população possui ambos os tipos de computador, o que indica que algumas famílias perceberam a necessidade de adquirir mais de um equipamento, por observarem características e utilizações diferentes entre eles, ou devido à individualização do uso dos computadores.

Percentual (%)		Sim	Não
TOTAL BRASIL		32	68
ÁREA	URBANA	36	64
	RURAL	12	88
REGIÕES DO PAÍS	SUDESTE	43	57
	NORDESTE	14	86
	SUL	40	60
	NORTE	19	81
	CENTRO-OESTE	34	66
RENDA FAMILIAR	Até R\$465	5	95
	R\$466-R\$930	18	82
	R\$931-R\$1395	40	60
	R\$1396-R\$2325	56	44
	R\$2326-R\$4650	77	23
	R\$4651 ou mais	84	16
CLASSE SOCIAL ²	A	94	6
	B	77	23
	C	32	68
	DE	5	95

Quadro 3 – Proporção de domicílios com computador (%)
 Fonte: NIC.br - set/nov 2009

Para ampliar o acesso a utilização de computadores pelas classes de menor renda, a estratégia é estimular a abertura dos centros públicos de acesso à Internet pagos ou gratuitos, sejam eles mantidos pelo Governo, pelos estados, municípios ou organizações não-governamentais (BALBONI, 2008).

O alto custo ainda representa o principal motivo da ausência de computadores nos domicílios para 74% dos entrevistados que não possuem os equipamentos, sendo que nos domicílios pertencentes a área rural esse indicador aumenta para 77%. Mesmo nos domicílios com faixas de renda mais altas (mais de cinco salários mínimos), mais de 40% mencionam essa razão para não terem um computador em casa (VIEIRA, 2010).

Porém, a pesquisa realizada em 2007 apontou que, em média, 56% da população brasileira concorda em adquirir um computador por R\$ 1.000,00 (BALBONI, 2008).

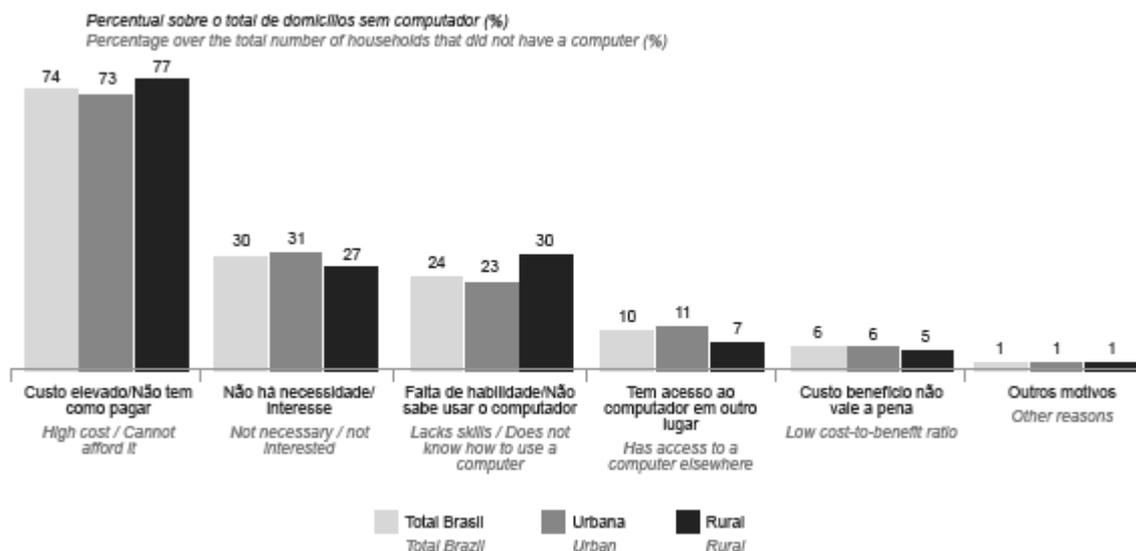


Gráfico 3 – Motivos para a falta de computador no domicílio (%)
Fonte: NIC.br - set/nov 2009

Constatou-se que quanto menor a renda da população, maior a utilização de lanhouses. Dos usuários com renda de até 1 salário mínimo, 72% afirmam utilizar a rede através destes centros públicos de acesso pago. Observa-se que, desde 2007, o indicador apresentou tendência de queda, possivelmente resultado do crescimento da aquisição de computadores para uso nos lares.

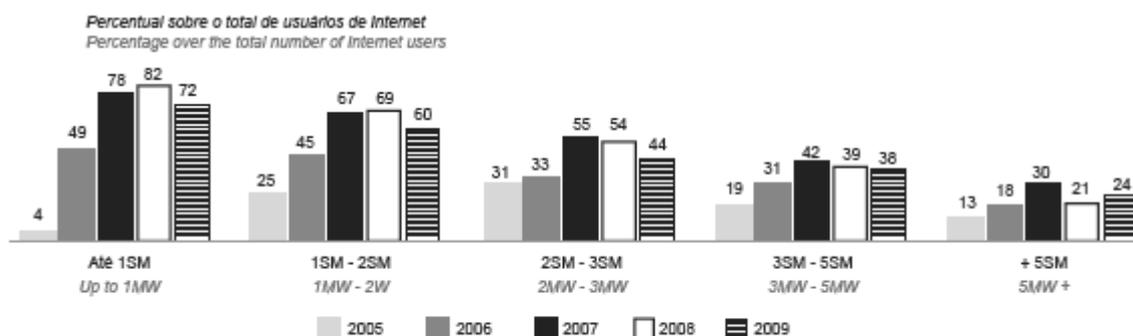


Gráfico 4 – Local de acesso individual – Lanhouse – Renda familiar (%)
Fonte: NIC.br - set/nov 2009

Vieira (2010) identifica que a tendência de queda no acesso à Internet por meio de centros públicos de acesso pago atingiu neste ano inclusive às faixas de renda mais baixas da população. Em 2008, as duas faixas compreendidas em até dois salários mínimos estavam sendo alargadas, porém, verificou-se queda em 2009. Dos respondentes com renda familiar até um salário mínimo, a queda foi de 10 pontos percentuais.

Na faixa entre um e dois salários, a queda foi de nove pontos percentuais. A queda mais acentuada ocorreu na faixa entre dois e três salários: 10 pontos percentuais.

Se a ausência do computador nos domicílios não impede o uso das Tecnologias da Informação, fica claro que a disponibilidade do equipamento potencializa a frequência e a intensidade da sua utilização.

O governo lançou em abril de 2008 o Programa Banda Larga nas Escolas visando “revolucionar a educação e o processo de aprendizagem no Brasil e mudar radicalmente o quadro de acesso às TIC” (BALBONI, 2008).

Segundo as palavras do Governo Federal, essa iniciativa pretende proporcionar acesso à Internet banda larga para **todos** os alunos das escolas públicas do ensino fundamental e médio localizadas em áreas urbanas até o final de 2010 o que representa uma cobertura de 83% dos alunos das escolas públicas. Novamente essa proposta mostra, na minha opinião, certo exagero e chega a ser populista na medida em que propõem algo que não é possível cumprir devido a situação social extremamente desigual e heterogênea presente no Brasil.

Houve uma expressiva evolução no uso da Internet no país, tendo evoluído de 45 milhões de usuários em 2007 para 63 milhões em 2009 e as atividades desenvolvidas com o uso dos computadores e da Internet vem se intensificando e sofisticando.

O uso da Internet está progressivamente se incorporando ao cotidiano dos usuários que estão priorizando os benefícios oferecidos pelo uso da rede mundial acessando a rede em busca de informações, comunicação, lazer, treinamento e para a realização de consultas e transações financeiras.

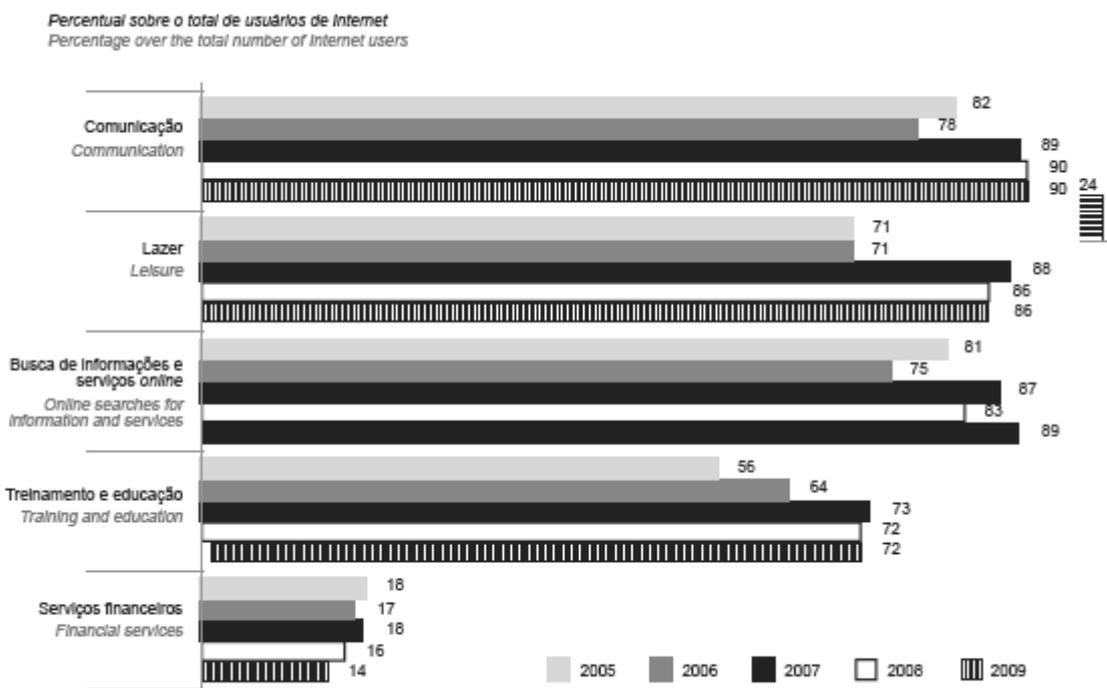


Gráfico 5 – Atividades desenvolvidas na internet (%)

Fonte: NIC.br - set/nov 2009

Esse desenvolvimento reflete o resultado das políticas públicas assim como das iniciativas privadas visando estimular a utilização da infra-estrutura. Na pesquisa constatou-se que a renda familiar e a faixa etária representam importantes variáveis no que tange o acesso à Internet (BALBONI, 2008), como está demonstrado no quadro 4 abaixo.

Percentual (%)		Há menos de 3 meses	Nos últimos 12 meses	Há mais de 12 meses	Nunca acessou a internet
TOTAL BRASIL		39	43	2	55
FAIXA ETÁRIA	De 10 a 15 anos	63	68	2	31
	De 16 a 24 anos	68	74	4	22
	De 25 a 34 anos	51	56	3	41
	De 35 a 44 anos	29	32	2	66
	De 45 a 59 anos	16	18	2	80
	De 60 anos ou mais	5	6	1	94
RENDA FAMILIAR	Até R\$465	16	19	1	80
	R\$466-R\$930	30	34	3	63
	R\$931-R\$1395	46	50	3	47
	R\$1396-R\$2325	61	65	2	32
	R\$2326-R\$4650	72	76	2	23

Quadro 4 – Proporção de indivíduos que acessaram a internet (%)

Fonte: NIC.br - set/nov 2009

Destaca-se o uso da banda larga que ultrapassou o da conexão discada e na queda da utilização da Internet pelos usuários nos centros públicos de acesso pago (lanhouses e cibercafés).

Em 2007 o índice de pessoas que acessavam a Internet nesses centros era 49% e foi reduzido para 45%. Atualmente o acesso residencial se tornou a principal forma de acesso à Internet no país, sendo realizado por 48% dos usuários da Internet.

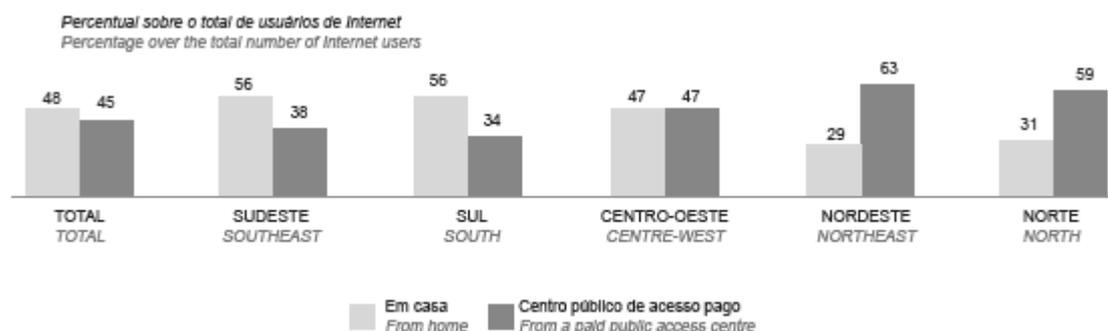


Gráfico 6 – Local de acesso individual – Regiões do país (TotalBrasil) (%)
Fonte: NIC.br - set/nov 2009

Com relação aos centros públicos de acesso à Internet os pequenos empreendedores da iniciativa privada, apesar da queda da utilização desse tipo de empresa, ainda exercem um importante papel na inclusão digital principalmente entre os indivíduos de baixa renda.

Isso significa que a incursão da tecnologia da informação nos diversos setores da vida social, onde os computadores e a internet progressivamente tornam-se importantes agentes de organização e gerenciamento da vida diária, faz com que seja cada vez mais difícil para as pessoas ficarem à margem dessa tecnologia. Nesse contexto, tudo indica que o computador nos próximos anos será como diz Marcuschi (2002) “uma necessidade tão fundamental quanto a geladeira, o fogão ou a escova dental”. Para suprir essa demanda, considerando que as aquisições do computador e da conexão à Internet representam importantes barreiras de entrada dos indivíduos na rede, os centros públicos de acesso ainda são relevantes agentes de inserção dessas pessoas na tecnologia.

Em um século houve uma revolução nos transportes quando foram criados os automóveis, aviões, naves capazes de realizar viagens espaciais, entre outras inovações. A transmissão de informações foi revolucionada pelas telecomunicações que impulsionou a propagação do rádio, telefone, televisão, satélite, fibra ótica e da telefonia celular. A população mundial aumentou para quase 6 bilhões de pessoas e fica difícil imaginar como seria a vida se não houvesse eletricidade para possibilitar a conservação de alimentos, para aquecer a água e iluminar as cidades. Nem mesmo os grandes edifícios modernos existiriam sem elevadores movidos a eletricidade.

O computador corresponde a um elemento em meio a toda essa enorme quantidade de mudanças ocorridas no século XX. A revolução das tecnologias da informação não foi

iniciada apenas com o surgimento do computador, mas quando as possibilidades e os meios de difusão da informação foram progressivamente se popularizando.

Muitos indícios foram aparecendo e se aderindo a realidade cotidiana das sociedades como inovadoras e empolgantes possibilidades. Nesse sentido, considero o computador e a informática como causadores de mudanças culturais, políticas, técnicas, econômicas e sociais.

Aquele processo de mudança, inaugurado no começo do século, agora se acelera e se difunde de maneira mais incisiva, podendo nos levar a pensar que todas as funções intelectuais transformaram-se com a inserção da tecnologia da informação no cotidiano das pessoas.

Aqueles que compram computadores, o fazem esperando tornarem-se mais inteligentes? Mais modernos? Muitas pessoas não sabem exatamente porque o compram, apenas não querem "perder o bonde" desta revolução.

Essa grande penetração tecnológica traz a sensação de obrigatoriedade das pessoas utilizarem tais suportes em seu cotidiano, mas é importante ressaltar que o ciberespaço se propõe também como uma forma de vida que muitas pessoas não querem para si. Assim ficam de fora não somente aqueles que não possuem recursos financeiros para aderir, mas também os que vivem de modo não compatível com essa nova realidade.

No caso das empresas que também são importantes atores envolvidos nesse processo de desenvolvimento tecnológico, a pesquisa mostra uma significativa evolução no nível de informatização nas empresas pertencentes ao setor privado brasileiro. Aumentou de 95% em 2007, para 97% em 2009, o número total de empresas do setor privado com mais de dez funcionários que possuem computadores. O índice aumenta para 100% nas que possuem mais de 50 funcionários e nessas 92% dispõe de algum tipo de conexão à Internet.

Considerando as áreas de atuação, o uso de computador é praticamente absoluto entre as empresas dos setores de construção; atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados às empresas; e transporte, armazenagem e comunicação, e é muito elevado (96%) no setor de comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos. Na indústria de transformação, o uso do computador atinge 94% das empresas, e nos outros setores da economia, 84% (BALBONI, 2008).

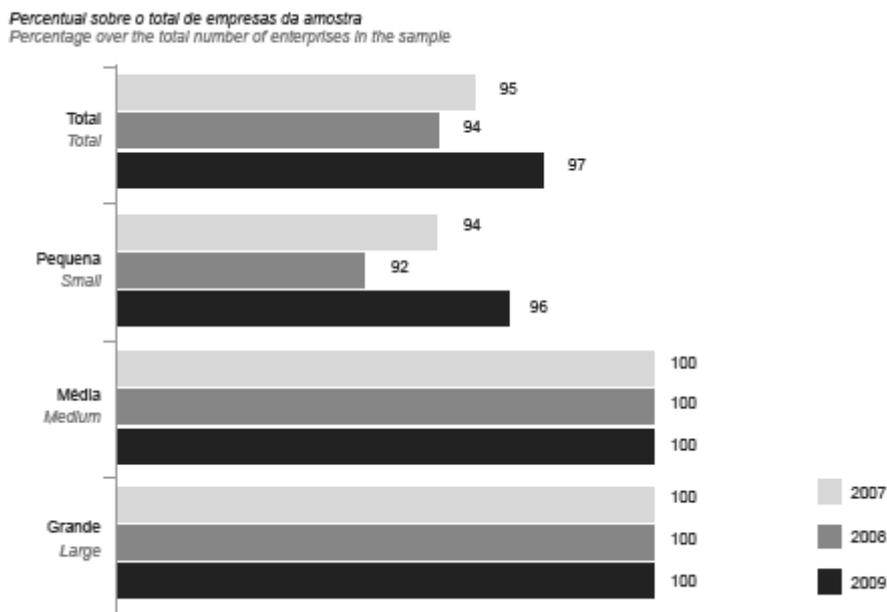


Gráfico 7 – Proporção de empresas que usam computadores, por porte (%)
Fonte: NIC.br - set/nov 2009

Em 2007, constatou-se forte evolução na utilização de conexões sem fio. Atualmente 28% das empresas possuem esse tipo de conexão à Internet (BALBONI, 2008).

As empresas brasileiras usam os computadores conectados à Internet para o desempenho de diversas atividades. O envio e recebimento de e-mails é praticamente universal entre as empresas (98%). Em seguida vem a busca por informações sobre produtos ou serviços (93%), e outras buscas de informação e atividades de pesquisa (85%).

Há uma utilização considerável do uso da rede para treinamento e educação, 31%, e também para o monitoramento de mercado (como pesquisa de preços, por exemplo), hoje realizado por 64% das empresas.

Quanto maior o porte da empresa, mais intensa e diversificada é a utilização o uso que ela faz da Internet para as suas atividades cotidianas.

Percentual sobre o total de empresas que utilizam Internet
Percentage over the total number of enterprises that use the Internet

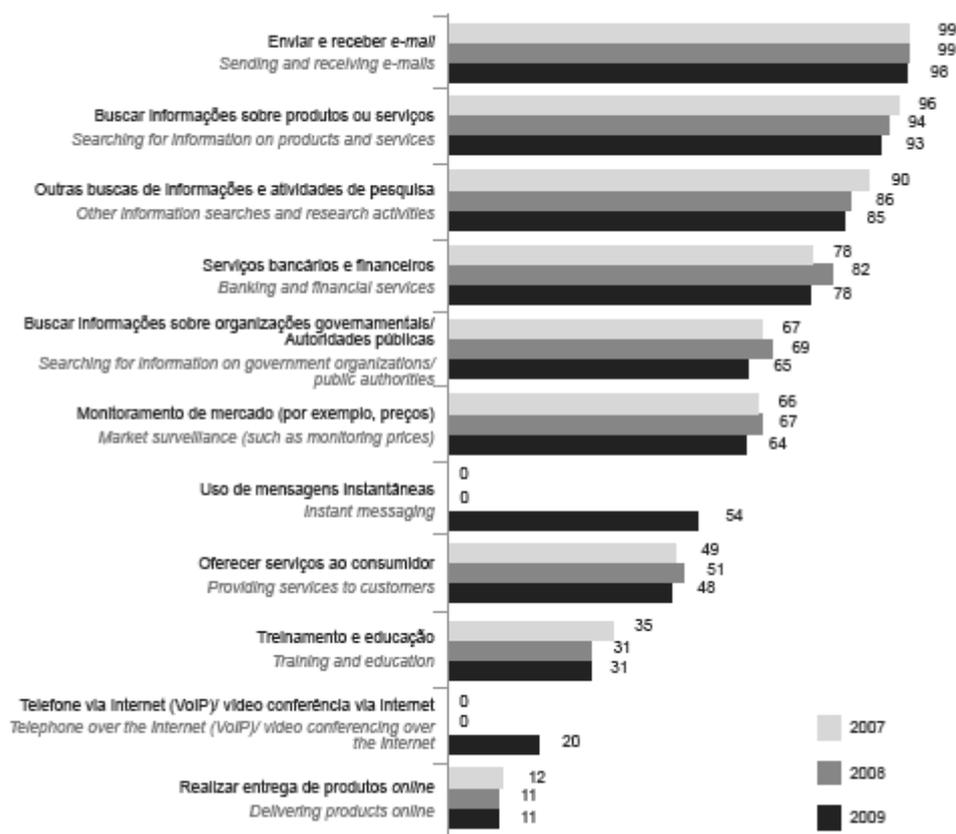


Gráfico 8 – Proporção de empresas utilizando a internet, segundo o tipo de atividade (%)
Fonte: NIC.br - set/nov 2009

Pouco menos da metade dos funcionários das empresas pesquisadas (45%) utilizam o computador durante o desempenho das suas atividades profissionais. O número ainda é menor nas empresas de grande porte (38%).

O segmento empresarial de “Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados a empresas” apresenta a maior parcela de empregados com acesso a computadores (70%). O Comércio vem em seguida, registrando uma média de 52%.

A Indústria de transformação e o segmento de alojamento e alimentação continuam sendo o segmento corporativo com o uso menos intensivo de computadores por parte de seus empregados, ambos com uma média de 30%, bastante inferior aos demais segmentos pesquisados. Esse desempenho se deve às características específicas da mão de obra empregada nesses setores, em grande parte pouco qualificada e ocupando posições menos especializadas nas empresas (VIEIRA, 2010).

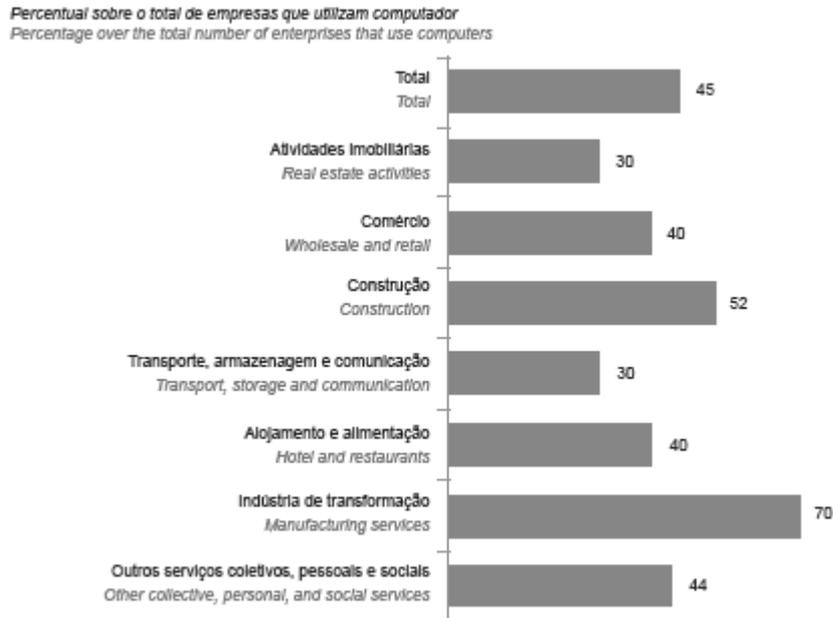


Gráfico 9 – Proporção de funcionários que usam computadores na empresa, por setor de atividade (%)
Fonte: NIC.br - set/nov 2009

O percentual de empresas utilizando os serviços do governo eletrônico pela internet aumentou de 83% em 2006 para 83% em 2009. Nas organizações com mais de 250 funcionários o indicador apresentado aumenta para 97%.

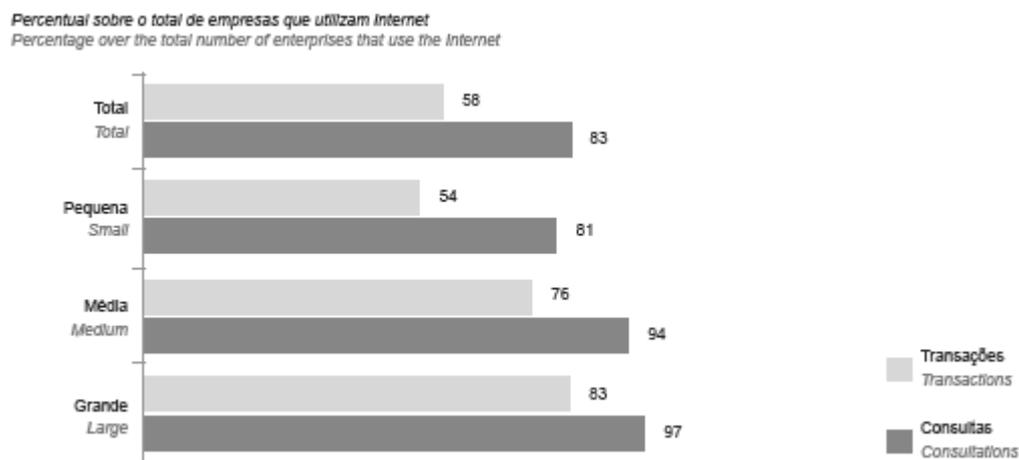


Gráfico 10 – Proporção de empresas que utilizam algum serviço de e-GOV – transações e consultas, por porte (%)
Fonte: NIC.br - set/nov 2009

Além da declaração de imposto de renda via Internet realizada pela totalidade das empresas conectadas à Internet, os serviços de e-Gov mais utilizados pelas empresas brasileiras são: consulta de PIS/PASEP e FGTS da empresa (62%), pesquisa de informações sobre impostos (61%) e consulta ao cadastro de inscrições estaduais (60%).

Percentual sobre o total de empresas que utilizam Internet
Percentage over the total number of enterprises that use the Internet

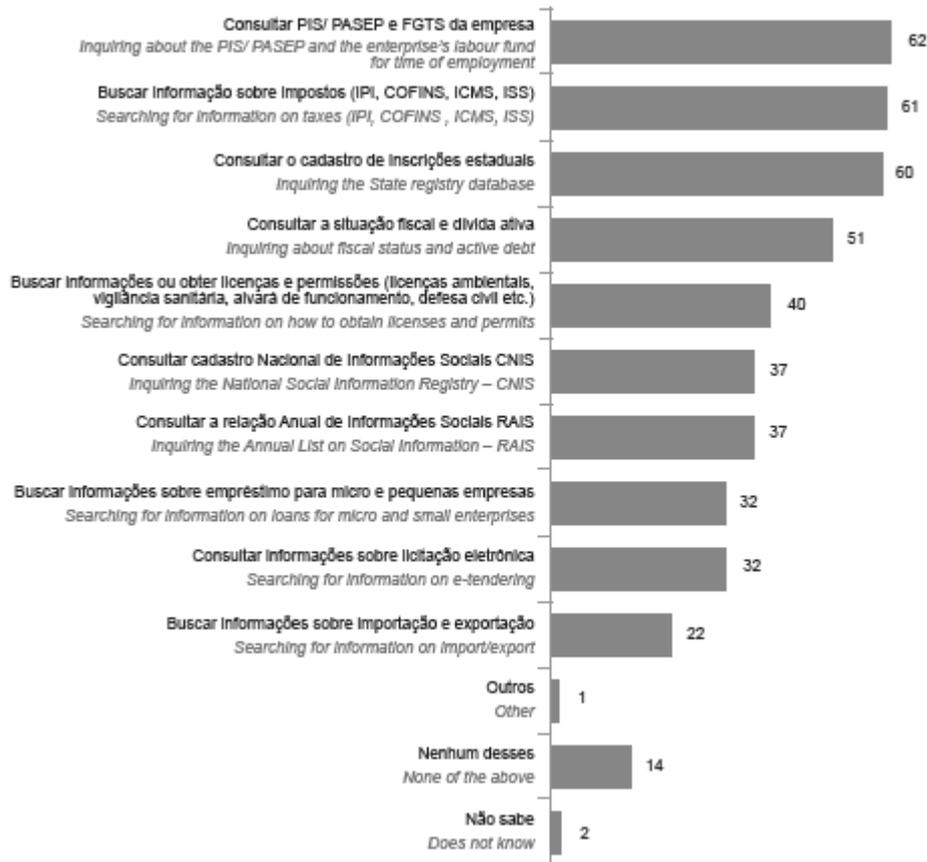


Gráfico 11 – Principais consultas de e-GOV realizadas na internet (%)
Fonte: NIC.br - set/nov 2009

Embora os serviços mais utilizados sejam consultas, o pagamento de impostos e taxas é realizado por 50% das empresas pesquisadas, tendo evoluído em relação a 2006 quando o percentual era 36%.

Percentual sobre o total de empresas que utilizam Internet
Percentage over the total number of enterprises that use the Internet

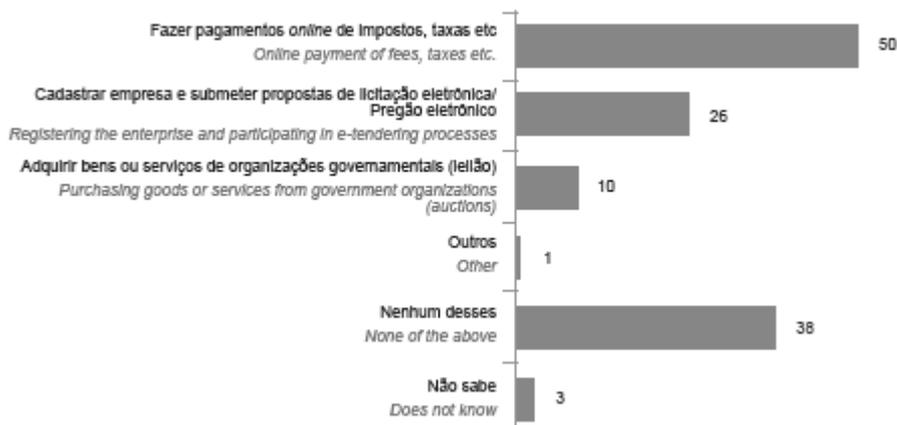


Gráfico 12 – Principais transações de e-GOV realizadas na internet (%)
Fonte: NIC.br - set/nov 2009

Os softwares de gestão também mostraram-se amplamente disseminados quando constatou-se que 31% das organizações pesquisadas utilizam pacotes ERP (Enterprise Resource Planning) capaz de integrar todos os processos da empresa horizontalmente atravessando todos os departamentos e 30% informaram possuir pacotes CRM (Customer Relationship Management) para o gerenciamento do relacionamento entre a empresas e seus clientes. Verificou-se também que 36% das organizações usam a Internet para aquisição de bens e serviços apesar de menos de 50% possuírem Web Site, fundamental para a implementação de operações de automatização de compra e venda on line. Esse percentual indicou um pequeno acréscimo em relação aos números verificados em 2005 que foram da ordem de 30% (VIEIRA, 2009).

Percentual sobre o total de empresas que utilizam Internet
Percentage over the total number of enterprises that use the Internet

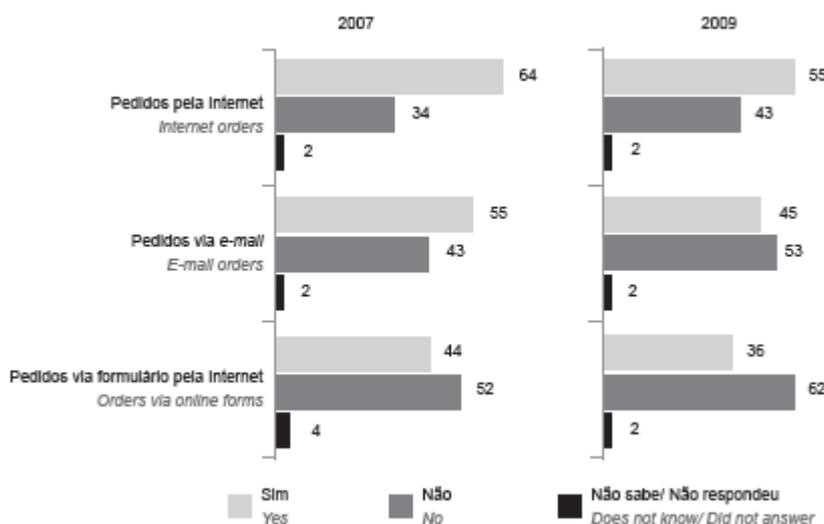


Gráfico 13 – Proporção de empresas que fazem pedidos via internet (%)
Fonte: NIC.br - set/nov 2009

Na região sudeste, 54% dos funcionários utilizam o computador na sua rotina de trabalho e verificou-se um aumento expressivo na quantidade de empresas que contrataram ou tentaram contratar pessoas com habilidades genéricas em tecnologia da informação e competitividade (40%) constatando, na análise de Balboni (2008), que “editar um texto e acessar a Internet são habilidades básicas para aqueles que desejam ingressar, no cada dia mais informatizado, setor produtivo brasileiro”.

Apesar De Masi da metade da população brasileira já ter realizado atividades no computador, essa experiência não significa obrigatoriamente que o equipamento tenha sido utilizado para o processamento de informações.

Em 2007, 47% da população declarou possuir habilidades no manuseio do mouse, mas apenas 32% já utilizaram editores de texto que é considerado um aplicativo básico na relação com o computador (BALBONI, 2008).

As questões relacionadas às habilidades do usuário com os computadores e seus equipamentos periféricos são relativas e merecem análise mais detalhada. Que tipo de conhecimento temos aqui? O que significa saber usar o mouse, copiar um arquivo, usar softwares de edição de texto ou planilhas de cálculo? Essas ações não são padronizadas nem estabilizadas e o conceito de “saber usar o mouse” certamente poderá variar para os diferentes indivíduos com suas diversas necessidades e exigências. Enquanto para alguns operar o equipamento minimamente para a realização de operações básicas é suficiente, para outros é necessária extrema capacitação e habilidade.

Assim esses indicadores governamentais, eventualmente, podem trazer informações imprecisas.

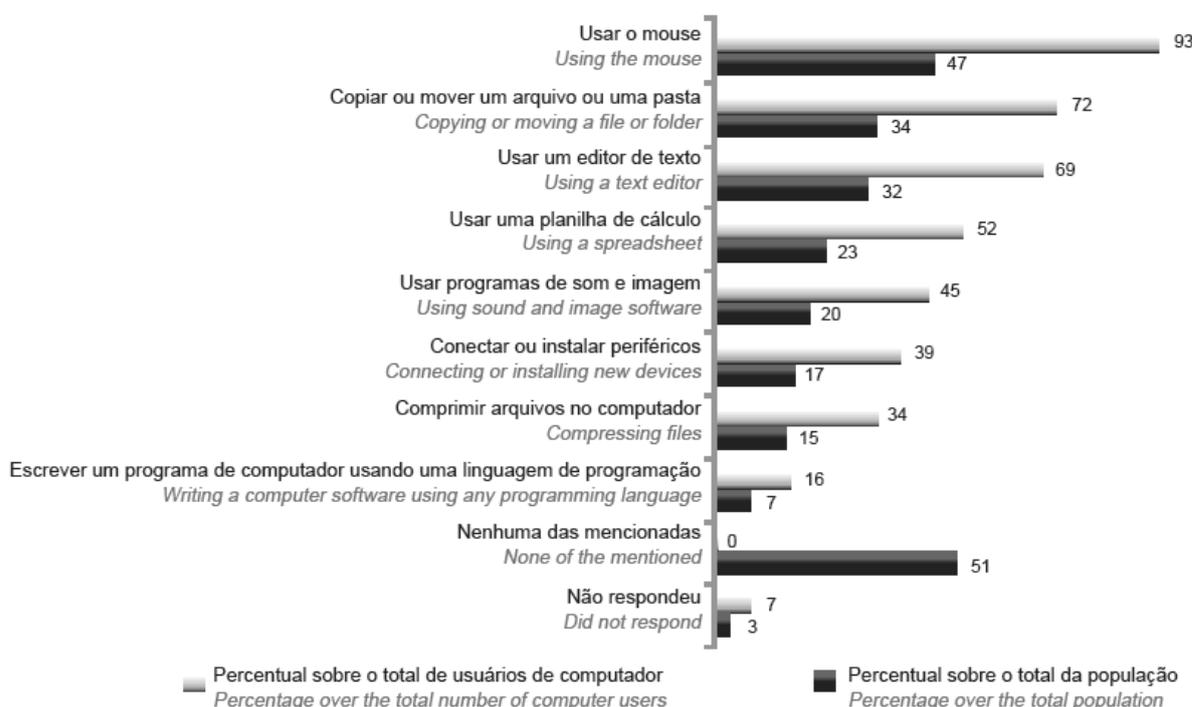


Gráfico 14 – Habilidades relacionadas ao uso do computador em 2007 (%)

Fonte: NIC.br - set/nov 2009

Um indicador relevante para este trabalho reside no fato das habilidades relacionadas ao uso do computador serem adquiridas por conta própria pela maioria das pessoas e de outras tantas aprenderem a partir do seu ciclo de relacionamento social com parentes, amigos ou colegas de trabalho.

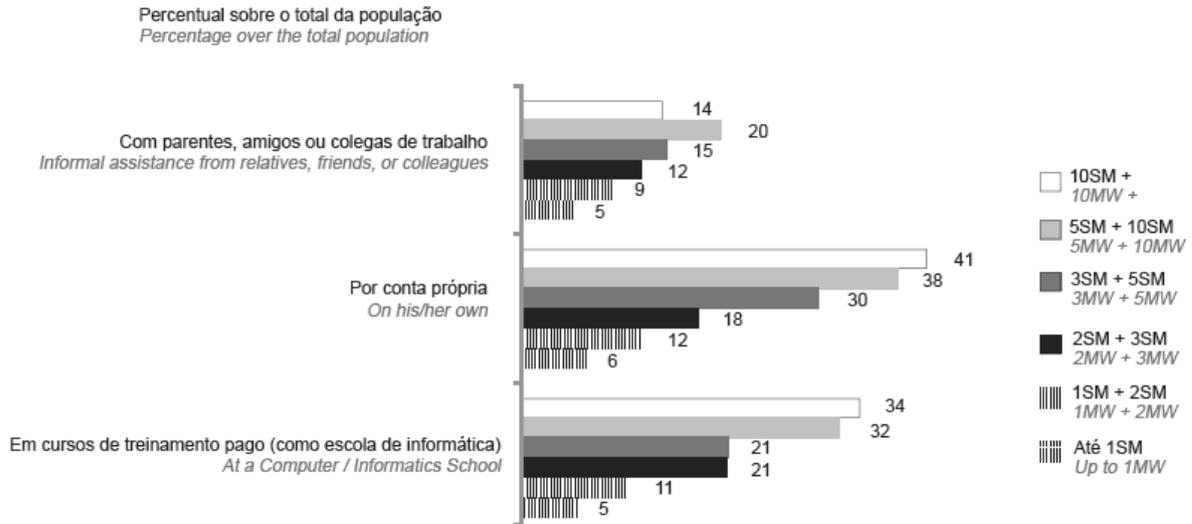


Gráfico 15 – Forma de obtenção das habilidades para uso do computador (%)
Fonte: NIC.br - set/nov 2009

Com relação à percepção que o usuário possui do seu nível de habilidade frente um computador ser suficiente para a sua atuação no mercado de trabalho, aproximadamente um terço da população declarou considerar-se preparada.

Essa percepção também varia de acordo com a faixa etária, nível de renda, classe social e escolaridade. Pessoas de classes sociais mais baixas sentem-se altamente despreparadas para o mercado de trabalho no que se refere às habilidades para o uso da tecnologia da informação. Constata-se novamente a dificuldade em saber o que significa estar preparado tecnologicamente e possuir as habilidades necessárias para o bom desempenho no mercado de trabalho. Os indicadores aqui apresentados refletem a percepção do usuário.

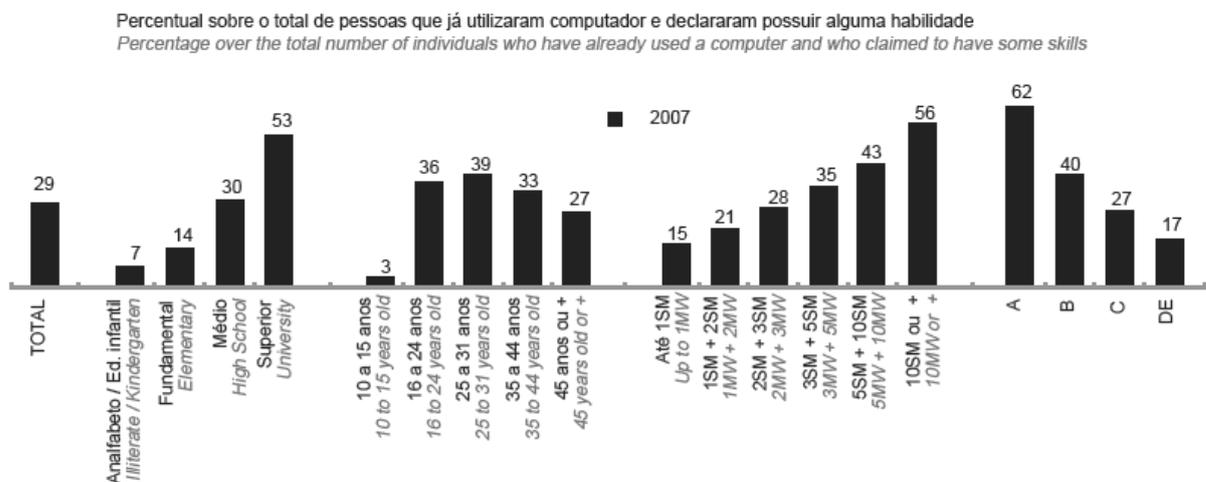


Gráfico 16 – Habilidades com computador suficientes para o mercado de trabalho (%)
Fonte: NIC.br - set/nov 2009

O fato de adultos com mais de 45 anos de idade não terem recebido capacitação formal para o uso das tecnologias da informação na escola também ilustra o efeito da faixa etária sobre a insuficiência das habilidades em informática. 73% dessas pessoas sentem-se despreparadas (BALBONI, 2008).

Takahashi (2000, p.17) mostra que:

Através das redes eletrônicas que interconectam as empresas em vários pontos do planeta, trafega a principal matéria-prima desse novo paradigma: a informação. A capacidade de gerar, tratar e transmitir informação é a primeira etapa de uma cadeia de produção que se completa com sua aplicação no processo de agregação de valor a produtos e serviços. Nesse contexto, impõe-se, para empresas e trabalhadores, o desafio de adquirir a competência necessária para transformar informação em um recurso econômico estratégico, ou seja, o conhecimento.

4 AS IMAGENS DOS INDIVÍDUOS, DAS ORGANIZAÇÕES E A EMPREGABILIDADE

Segundo Lima (2001), diversos autores com pontos de vista divergentes, têm pesquisado a eliminação dos postos de trabalho.

Nesse contexto de recessão, competitividade e profundas lacunas sociais torna-se relevante refletir sobre o trabalho, o emprego, a empregabilidade e sobre as formações discursivas aí envolvidas.

Atualmente discute-se intensamente sobre questões relacionadas à necessidade de especialização pelo indivíduo para tornar-se mais empregável.

Um discurso atribui ao próprio indivíduo a responsabilidade pela sua empregabilidade, retirando das corporações e dos governos qualquer responsabilidade. Nesse sentido se a pessoa está desempregada, esse fato ocorreria por sua exclusiva culpa.

Outros discursos em circulação atribuem tal responsabilidade aos governos que podem influenciar diversas variáveis que afetam diretamente na geração de postos de trabalho e às empresas que também podem rever suas políticas para qualificar melhor seus funcionários e oferecer mais oportunidades relacionadas a postos de trabalho.

Rifikin (1995) mostra a evolução histórica do emprego enquanto Bridges (1995) propaga a questão do fim dos empregos, tema que vem sendo amplamente abordado pela mídia e diverge de Rifikin por analisar o tema sob a ótica da necessidade de capacitação para a sobrevivência no novo mercado de trabalho. Para Bridges, nesse contexto, se estabelecem as condições necessárias impostas para os trabalhadores se adaptarem ao ambiente em transformação.

Funções sociais estão sendo apagadas pelos avanços tecnológicos como é o caso de bancários e telefonistas. Alcoforado (1997) se utiliza do termo “apartheid social” para nomear os problemas sociais decorrentes.

A questão está relacionada com o atual desequilíbrio entre mercado de trabalho e o número de trabalhadores que conseguem emprego. As causas podem ser atribuídas a múltiplos fatores, tais como globalização, crise econômica, políticas governamentais, desenvolvimento tecnológico, informatização e a automação das organizações. O que ocorre é que separadamente ou em conjunto, esses fatores têm influenciado em índices cada vez maiores de desemprego.

4.1 O surgimento e evolução do emprego

O conceito de emprego surgiu no início do século XIX como uma alternativa para organizar o trabalho criado pelas indústrias em desenvolvimento e pelas mudanças nos sistemas de produção. Desde então, alguns autores consideram o emprego como agente de socialização do homem ao mesmo tempo que representa um instrumento de distribuição de renda (LIMA, 2001).

As mudanças identificadas por Bridges (1995) estão localizadas na suposição do desaparecimento dos empregos e na resultante modificação no conceito e no sentido das carreiras. As causas apontadas pelo autor incluem a informatização, o uso crescente de bancos de dados e as novas tecnologias de comunicação capazes de disponibilizar números crescentes de informação.

Na visão de Pastore (1994), o desemprego é decorrente de diversos fatores como a automatização, as altas taxas de juros, a redução dos níveis hierárquicos no organograma das corporações diminuindo os postos de trabalho e a rigidez das leis trabalhistas.

Mattoso (1994) reflete que apesar de fatores internacionais, tecnológicos e sazonais gerem desemprego e escassez do trabalho, no Brasil, o principal motivo foi a diminuição das atividades produtivas e a desativação de indústrias. O autor destaca que o mercado de trabalho depende da dinâmica de investimentos públicos e privados.

Hobsbaw (1995) ressalta que na industrialização, o trabalhador vem sendo substituído pela máquina, com o agravamento de que as posições de trabalho perdidas não estão sendo repostas. Assim, o desemprego não é cíclico, mas sim estrutural considerando que é decorrente dos paradigmas de produção e dos avanços tecnológicos que viabilizaram a automação em larga escala. Outros fatores são a migração das empresas para localidades onde a mão de obra é mais barata, do aumento progressivo da produtividade das máquinas, da redução dos custos de produção, da economia que não consegue gerar empregos na mesma velocidade com que as técnicas de produção contemporâneas geram desemprego e da saída do governo do papel de grande provedor de empregos.

O autor afirma ainda que “os seres humanos não foram projetados para um sistema capitalista de produção. Quanto mais alta a tecnologia, mais caro o componente humano comparado com o mecânico”. Assim, as transformações ocorridas desde a década de 1990 estão sendo determinantes nos atuais padrões de gestão das empresas.

Gonçalves (1998) aponta os sete principais aspectos impulsionadores do novo ambiente empresarial:

- a produtividade dos trabalhadores do conhecimento e dos prestadores de serviços;
- a qualidade do produto e serviço;
- a capacidade de resposta aos desafios de todos os tipos;
- a globalização dos mercados, das operações e da concorrência;
- a terceirização de certas atividades de produção, distribuição, vendas, serviços, distribuição e suporte;
- formação de alianças estratégicas; e
- a responsabilidade social e ambiental.

Um novo perfil profissional é configurado pelas novas vocações das organizações. A responsabilidade de gerir a carreira está sendo transferida para o profissional, o sentimento de que os empregos não são perenes torna-se mais forte e a estabilidade no emprego é consequência das competências do profissional e da competitividade das empresas. Surge daí o conceito de empregabilidade. Carreira corresponde à trajetória profissional de um indivíduo no contexto que envolve ele próprio com suas experiências e conhecimentos e a empresa com seus objetivos e necessidades podendo ser realizada em uma ou mais empresas (LIMA, 2001).

Dutra (1996) mostra que a visão tradicional de carreira está ligada ao crescimento vertical do indivíduo na hierarquia organizacional projetado no decorrer do tempo que o trabalhador permanece nela, o que se espera que seja duradouro. A visão moderna de carreira, influenciada pela necessidade de adequação à atual dinâmica empresarial, ocasiona o rompimento com o conceito de evolução vertical.

Assim, carreira fica associada aos trabalhos realizados e às posições de trabalho ocupadas pelo indivíduo, sendo influenciada pelas crenças das pessoas que individualizam esse sujeito tornando-o único, pelas circunstâncias, pelo contexto da empresa e da sociedade e não sendo contínua nem linear.

Stewart (1998) avalia que não é possível estabelecer planos de carreira pois as corporações estão redefinindo suas estruturas laborais e o trabalho passa a ser fundamentado em projetos e não em cargos coincidindo com a filosofia de remuneração por habilidades e competências. Em relação a isto, deve-se observar que o que acaba é o plano de carreira estabelecido de forma rígida, determinado pela empresa em função dos cargos.

A nova carreira é determinada pelo que a empresa e as equipes precisam e pelo esforço do empregado.

O conceito de carreira permanece, porém num modelo novo que a torna menos estável, menos previsível e desenvolvida, quase sempre em várias empresas ao invés de uma única.

Como resultado dessas mudanças organizacionais em busca de competitividade e produtividade, as empresas vêm realizando reestruturações e diminuições do quadro de funcionários que estão relacionadas às necessidades de redução de custos fixos e de tornar as estruturas mais flexíveis e capacitadas a atenderem rapidamente às variações das demandas mercadológicas. A empresa competitiva deve se orientar ao mercado, possuir foco em resultados, ser flexível e ágil. Tais mudanças corporativas resultam em mudanças nas carreiras profissionais.

O aspecto qualitativo está relacionado à mudança crescente do trabalho para empresas terceirizadas. A terceirização já havia sido antevista por Handy (1996) em seus conceitos de virtualidade das organizações no qual apenas 20% dos trabalhadores envolvidos na produção trabalham para ela em tempo integral. O autor denomina as organizações de trevo, por refletir que essas devam possuir três núcleos principais.

- O primeiro núcleo é o profissional formado por pessoas altamente qualificadas e bem remuneradas que representam a essência da organização e detém as competências essenciais da mesma. A empresa tem interesse em manter esses profissionais.
- O segundo, refere-se ao núcleo dos subcontratados responsáveis pela realização de trabalhos específicos e pré-determinados. São serviços que não fazem parte do negócio principal da empresa.
- O terceiro núcleo é o dos trabalhadores flexíveis, formado por trabalhadores eventuais que são contratados sob demanda.
- Há ainda um quarto núcleo formado pelos clientes quando esses executam tarefas transferidas a eles pelas organizações. É o chamado empregado-cliente cuja mão de obra é utilizada em auto-serviços como restaurantes, caixas eletrônicos, redes de fast food, entre diversos outros.

Porém discursivamente não circula o conceito de empregado-cliente. As corporações vendem os auto-serviços como uma “facilidade” capaz de proporcionar aos consumidores economia de tempo e recursos financeiros.

Pode-se supor que os trabalhadores ocuparão diferentes tipos de postos de trabalho nesses núcleos em épocas e situações diferentes (LIMA, 2001).

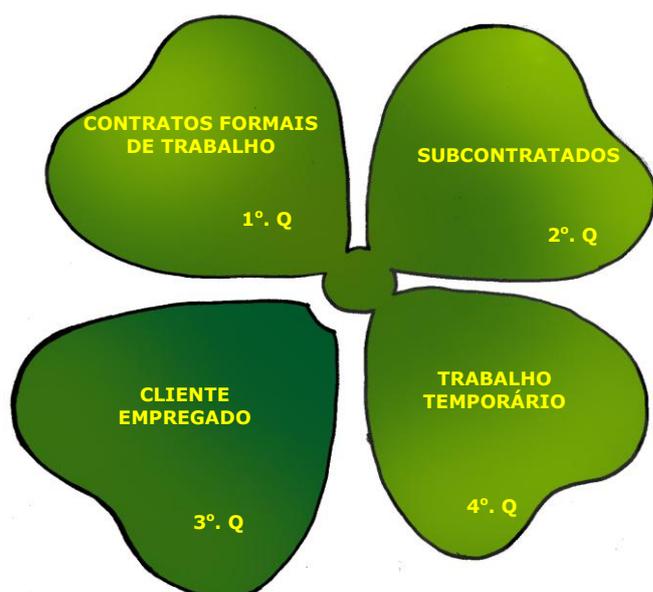


Figura 5: Organização trevo.
Fonte: Adaptado: Handy, Charles, 1996

Certamente, as empresas estarão permanentemente reduzindo seus custos e sua estrutura, ao mesmo tempo em que tentarão manter alguns de seus funcionários com conhecimentos especializados enquanto suas competências lhes forem úteis.

No discurso da empregabilidade está latente a rapidez e a volatilidade do empregado que pode ser substituído a qualquer momento.

Portanto será preciso que esses profissionais se adaptem ao novo cenário em que os empregos não são perenes e as carreiras, pelos motivos citados, descontínuas.

A carreira, como indicador de sucesso profissional pela subida na escala vertical em função de tempo e experiência, está sendo substituída por possibilidades de desenvolvimento em escalas horizontais, com base em habilidades e competências. As organizações perceberam que não é preciso que todos os seus empregados estejam sempre disponíveis e que é menos custoso e mais vantajoso comprar o seu trabalho sempre que necessário. Assim, as empresas estão diminuindo seus efetivos e essas mudanças exigem do profissional adequações em suas atitudes e comportamentos. A preservação do seu trabalho, através de um emprego ou outra forma de atuação profissional, o expõe a um novo conceito, a empregabilidade (LIMA, 2001).

Minarelli (1995) observa que a empregabilidade é estar preparado para atender as demandas do mercado, sendo que os conhecimentos são especialmente desenvolvidos pelo indivíduo para atender a essa situação.

Já Bridges (1995) mostra que para construir a empregabilidade é preciso estar capacitado para atender as necessidades do empregador no momento em que elas ocorrem.

As definições de Minarelli e Bridges insinuam que o maior responsável pela empregabilidade é o próprio empregado. Porém, não se pode de maneira simplista, transferir a responsabilidade da empregabilidade apenas para o trabalhador pois ele não tem a governabilidade total do seu tempo que é alocado à organização que trabalha e nem sempre possui os recursos necessários para investir em aperfeiçoamento, requalificações e novos conhecimentos (LIMA, 2001).

Discursivamente fica claro que não se pode atribuir apenas ao indivíduo a responsabilidade por sua empregabilidade já que esse discurso encontra-se totalmente ligado a instituições que o sustentam, como:

- o Estado que não fornece adequadamente os serviços básicos necessários a qualquer ser humano, como alimentação, moradia e saúde. E ainda cobra altos impostos fazendo com que sejam invalidados socialmente indivíduos desempregados.

- o mercado que bombardeia constantemente os indivíduos estimulando o consumo permanente e irresponsável e disseminando a idéia de que o homem vale mais pelos bens que possui do que pelo que ele representa em sua essência. Para participar das regras desse mercado é necessário possuir recursos e a melhor forma de obter isso é com o trabalho.

- as igrejas que, baseadas na fé, prometem emprego e dinheiro para seus seguidores e exibem nas mídias de massa desempregados sofrendo incontáveis problemas por conta do desemprego e falta de recursos.

- a família que deposita no trabalhador provedor toda a responsabilidade por viabilizar suas diversas demandas e necessidades (educação, alimentação, moradia, transporte, etc.).

Isso traz uma formação imaginária situada no campo das representações de como o sujeito deva se preparar e conduzir sua carreira profissional e que competências sejam importantes possuir.

Coopers & Lybrand (1996), definem competência como:

[...] um agrupamento de conhecimentos, habilidades e atitudes correlacionados, que afetam parte considerável da atividade de alguém, que se relaciona com o desempenho, que pode ser medida segundo padrões preestabelecidos, e que pode ser melhorada por meio de treinamento e desenvolvimento.

Drucker (1995) afirma que a competência é segundo critérios subjetivos, a capacidade de agüentar pressões, ter equilíbrio emocional e capacidade cognitiva. As competências que

definem o portfólio para a empregabilidade são determinadas pelas grandes organizações e usadas como referência pelas demais constituindo assim um modelo.

Possuir as competências que passam a ser buscadas pelas corporações pode aumentar a empregabilidade do indivíduo, porém, por estarem relacionadas com as necessidades do empregador, algumas delas podem possuir importância diferente para cada empresa e setor industrial. É difícil conseguir as habilidades desejadas, até porque as competências para a empregabilidade não estão claramente definidas. Tais competências nem poderiam estar claramente definidas pois, da forma como pensamos, os indivíduos são autônomos, diferentes e individualizados pela sociedade da informação pós-industrial e pela força da tecnologia da informação.

De qualquer forma, com o uso da reengenharia e do downsizing, as corporações reinventaram suas estruturas em busca de produtividade e competitividade para permanecerem no mercado (LIMA, 2001).

Reengenharia e downsizing são estratégias administrativas relacionadas à diminuição do efetivo das empresas. Em outras palavras é a realização de demissões de funcionários. No entanto, muitas vezes, diminui-se o efetivo mas não a quantidade de trabalho a ser realizada na empresa sobrecarregando os empregados que lá permanecem. Entram aqui as discussões sobre qualidade de vida no trabalho, descarte da experiência profissional de funcionários mais velhos, substituição de funcionários antigos e experientes por outros mais novos e baratos, entre outras coisas.

Por isso, questiona-se frequentemente a ética de algumas organizações que, na prática, podem ser capazes de tudo para permanecerem no mercado.

Lima (2001) mostra que ondas de mudanças ocorrem transformando o mundo e afetando a vida das pessoas, algumas vezes, de forma profunda. Tais ondas evoluem e se relacionam com os acontecimentos decorrentes da evolução tecnológica resultando em mudanças para a sociedade.

O autor ainda exemplifica sua argumentação apresentando a era da agricultura que durou aproximadamente seis mil anos (representada pela onda 1); a era industrial 300 anos (representada pela onda 2); a “onda 3” mostra o advento do computador e teve a duração de algumas décadas; a “onda 4” é a da produtividade (biotecnologia, robótica, inteligência artificial e ganhos em energia) e a “onda 5”, para a qual estamos nos direcionando, é a da imaginação (avanço da tecnologia e do conhecimento).



Figura 6: Quando o fluxo se torna fluir.
Fonte: BTC

Tangenciando essas curvas, surge a curva de informação que é impulsionada pela transmissão dos conhecimentos adquiridos pelos indivíduos para desempenho das suas funções no ambiente de trabalho para outras pessoas e para as próprias organizações (LIMA, 2001).

Para Orlandi (2009) as tecnologias da informação cedem a um equívoco histórico de considerar o sujeito da ciência (da informação) como curiosamente autônomo para escolher, informar e agir. Ao produzir um modelo comunicativo de perfil individual, as tecnologias de informação oferecem como solução a “tomada” deste modelo informacional por uma prática de linguagem que acaba funcionando como forma normativa. Quem melhor para processar e transmitir as informações ou para promover o “acesso ao conhecimento” que o sujeito aparelhado em termos de tecnologia da informação?

Este momento em que o conhecimento surge como o bem mais precioso está sendo denominado de Era da Informação ou Sociedade Pós-Industrial, onde existe demanda por pessoas com maior conhecimento e capacidade de aprendizado.

Segundo Kunzi, citado por Lima (2001), o volume de conhecimentos científicos e tecnológicos no mundo dobra a cada quinze anos, e na última década, a velocidade das mudanças foi acelerada. A geração do conhecimento pelo homem o impelem a uma atualização constante, ou seja, o indivíduo tem que estar à frente de suas próprias conquistas para não ser arruinado por elas.

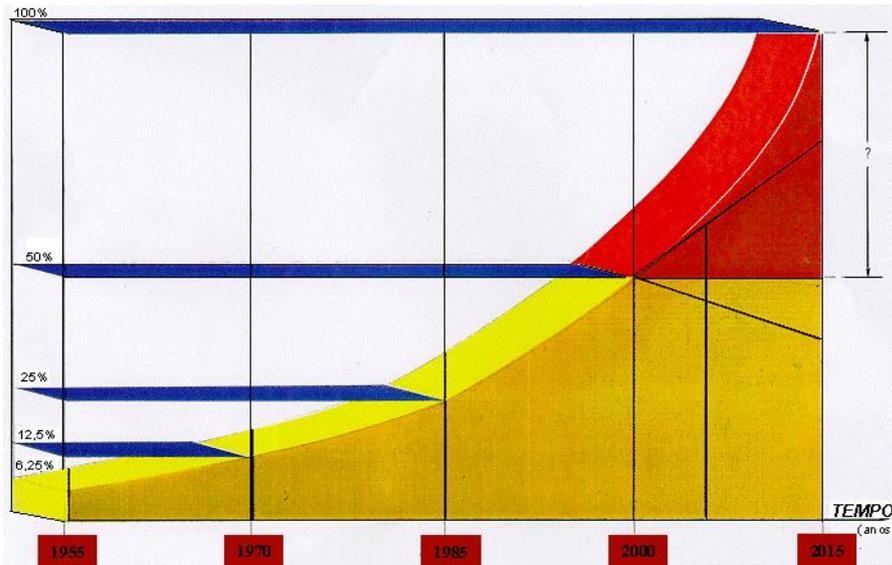


Figura 7: Volume de conhecimentos científicos e tecnológicos.
Fonte: Lima, 2001.

Na figura acima nota-se que o volume de conhecimentos científicos e tecnológicos no mundo dobrou a cada quinze anos com maior crescimento após 1985. Nesse contexto de mudanças aceleradas e valorização do conhecimento, o indivíduo que não se atualizar, em quinze anos no máximo, terá perdido aproximadamente 20% do seu conhecimento. Para permanecer no mercado, o profissional deverá se manter permanente em atualização em razão da obsolescência do conhecimento ao longo da carreira profissional.

O conhecimento que uma empresa retém é aquele que seus empregados possuem, sendo portanto, coletivo e dinâmico uma vez que todo novo aprendizado ou a entrada ou saída de indivíduos na empresa o modificam. Assim, o conhecimento é fluido e dinâmico podendo ser conservado e propagado na medida que homens e mulheres falam uns para os outros sobre o que aprendem e experimentam através de redes informais (LIMA, 2001).

Para Stewart (1998), o conhecimento pode ser tácito, explícito ou implícito. Conhecimento tácito é aquele que está internalizado no indivíduo, como por exemplo, regras não escritas, usos e costumes, padrões adotados há longo tempo e formas de trabalhar. É obtido nos pontos de encontro, nos cafezinhos e nos corredores das organizações. É comum que o conhecimento tácito se transforme em pressuposto, sendo adotado pelas empresas como verdade, influenciando assim as tomadas de decisão. Nem sempre o conhecimento tácito é correto. Já o conhecimento explícito é o declarado, registrado, compartilhado e formalizado. Conhecimento implícito é o que se encontra escondido nos procedimentos operacionais ou mesmo na cultura da empresa.

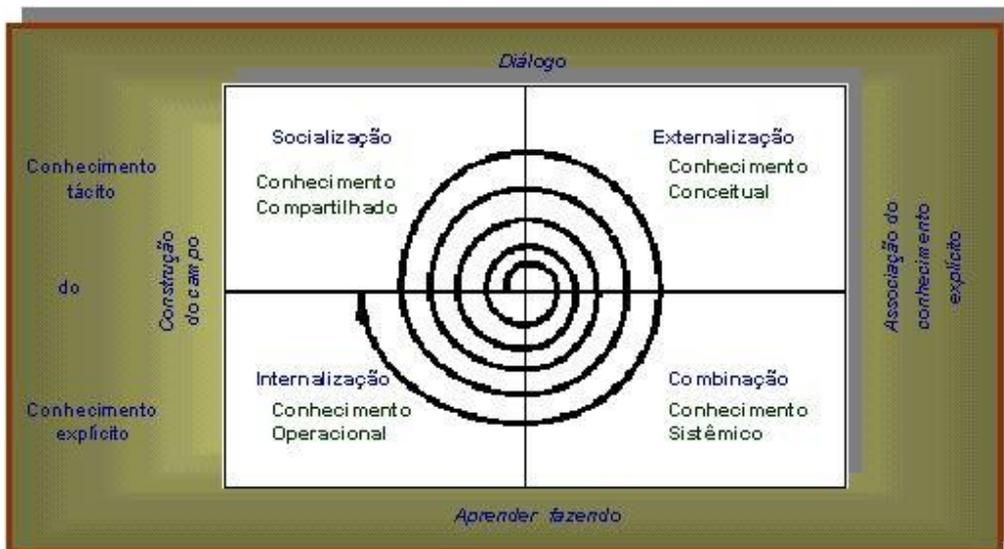


Figura 8: Geração do conhecimento.
Adaptado: Nonaka e Takeuchi, 1997

Pode-se observar na figura acima que para Nonaka e Takeuchi (1997), o conhecimento é decorrente das relações entre os conhecimentos tácitos e explícitos podendo ocorrer da seguinte forma:

- Socialização (tácito para tácito) – compartilhamento entre mestres e aprendizes de conhecimentos tácitos, como: experiência, observação e discussão. Nesse caso, os aprendizes aprendiam com seus mestres através da observação e da experiência.
- Externalização (tácito para explícito) - transformação do conhecimento tácito em conhecimento articulado. A externalização é um processo difícil ocorrendo através do uso de metáforas, analogias e modelos.
- Combinação (explícito para explícito) - compartilhamento e combinação de conhecimentos codificados. Ocorre quando conhecimentos são compartilhados através de redes de computadores, conversas, documentos.
- Internalização (explícito para tácito) - internalização de conhecimentos explícitos.

Tomando-se o capital proveniente do conhecimento dos indivíduos como o mais importante para as corporações, torna-se imprescindível para estas, na sociedade da informação, identificar e tornar público o conhecimento e as habilidades de seus trabalhadores.

5 PENSANDO O DISCURSO DIGITAL NA CONSTRUÇÃO DA EMPREGABILIDADE

O nascimento das redes cibernéticas de comunicação e informação representa um movimento tecno-social de grandes proporções, sendo constituído atualmente por pouco menos de 2 bilhões de pessoas interconectadas no mundo. Esse movimento atravessa importantes aspectos da existência social e individual, produzindo todo tipo de modelos de ação e pensamento. Sob alguns aspectos as redes podem ser consideradas revolucionárias, mas, em todo caso, são seguramente, imprevisíveis e de importância progressiva (AZAMBUJA, 2003).

O campo problemático que procuro investigar é o da importância do domínio do discurso digital para aumentar a construção da empregabilidade do indivíduo, uma vez que, as tecnologias da informação atravessam o campo social em diferentes direções do mundo da cultura, mas também da economia e do trabalho, da política e da ética, da ciência e do conhecimento.

Dias (2004) relata que o ciberespaço transformou a imagem do mundo. Uma nova interpretação do real passa a ser elaborada e com ela outra noção de sujeito, de identidade, de subjetividade, habita simultaneamente num espaço de tempo virtual. Ocorre um deslocamento da representação de um mundo atual para a simulação de um mundo virtual, onde o atual e o virtual coexistem. Com o ciberespaço, o mundo se fraciona em seu funcionamento discursivo e novas relações de sentido são elaboradas.

Pensando a materialidade, percebemos uma tendência de ampliação no uso da Internet, uma vez que, a presença desse novo espaço faz parte do mundo contemporâneo sendo cada vez mais imprescindível para o cotidiano da vida em sociedade, atividades profissionais, escritórios e laboratórios de pesquisa, instituições, empresas, universidades, comunicações pessoais, programações culturais, entretenimento, compras on line e movimentações bancárias, apenas para citar alguns exemplos.

As novas tecnologias denominadas tecnologias de informação são produto de línguas imaginárias constituídas pelas linguagens de programação funcionando em materialidades de silício, de energia e em rede (WANDERLEY, 2003).

Para Orlandi (1988), línguas imaginárias são as normas, coerções e sistematizações que fazem com que as línguas percam a sua fluidez e se fixem em línguas imaginárias.

Em Análise de Discurso compreendemos o já-lá como memória, e no caso das inovações tecnológicas consideramos que há um já-lá que sustenta a discursividade do “mundo físico” e uma outra que sustenta as necessidades de avanços tecnológicos acompanhadas de políticas vigorosas para a assimilação social desses avanços. Há uma convergência dessas discursividades no sentido de avanço e desenvolvimento (WANDERLEY, 2003).

Desta forma, discursivamente compreendemos que quando o sujeito adentra o mundo tecnológico, um cotidiano já-lá se modifica pois este já-lá evidentemente já existia anteriormente.

Orlandi (2009) afirma também que nas tecnologias da informação temos um modo particular de tratar a questão da memória e em conseqüência a de interpretação, historicidade e arquivo. A noção de informação recebe novas determinações na perspectiva discursiva e no modo como as tecnologias de linguagem e o deslocamento produzido nas relações dos sujeitos com a linguagem entram em consideração.

Nesse contexto, os agenciamentos de enunciação, produzido pelas pessoas e instituições conectadas a rede, em maior ou menor escala referem-se a uma comunicação autocriativa do tipo “todos com todos”, tornando os participantes da grande rede mundial virtualmente “agenciamentos coletivos de enunciação” produzindo novas formas de textualidade (AZAMBUJA, 2003).

Essas novas textualidades ligadas, linkadas produzem novos sentidos e a noção de informação ganha novas determinações na perspectiva discursiva e no modo como as novas tecnologias da linguagem e os deslocamentos produzidos nas relações com os sujeitos entram em consideração (ORLANDI, 2009).

Tais agenciamentos formatam, estimulam e virtualizam subjetividades políticas, literárias, filosóficas, comunicativas, não existentes no contexto da cultura industrial verificada na sociedade pós-industrial e no seu modo de produção específico, serial de massas e dos grandes meios de comunicação que predominaram no cenário político e cultural do recente século passado.

Orlandi (2001), ressalta ainda que para Pêcheux (1992) “todo enunciado é linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possíveis oferecendo lugar à interpretação”, desta forma, evidentemente não existe um único modo de as subjetividades contemporâneas agirem, reagirem, produzirem-se e constituírem-se diante dos novos meios digitais.

Quando Azambuja identifica os “agenciamentos de enunciação”, entendo como a presença de diversas novas discursividades que se estabelecem no mundo por meio das transformações geradas pela tecnologia e a constituição do ciberespaço produzindo complexidade no modo de vida social, uma vez que ocasiona um modo de organização que sugere a necessidade de atualização constante dos conhecimentos, em especial dos relacionados às práticas tecnológicas, como um efeito da construção da empregabilidade.

De um lado há uma geração que se coloca na defensiva diante do computador, tratando-o como “totem e tabu”, sentindo-se em sua maioria intimidada e continuando com seus velhos hábitos de agir, pensar, educar e se comunicar. Tendo vivido a maior parte de suas vidas sem este atravessamento cibernético, podem, de algum modo, continuar sua vida independentemente dos computadores e da Web.

Verifica-se, porém, uma geração, principalmente a que está nascendo e crescendo agora, que desde o início de seus dias encontra-se imersa nos ambientes digitais eletrônicos. Para essa geração, computadores ligados a Internet fazem parte do seu cotidiano educativo e doméstico representando da mesma forma que o rádio ou a televisão, apenas um dispositivo eletrônico a mais em seu meio ambiente.

Para o Governo Federal Brasileiro, consideram-se internautas domiciliares ativos, pessoas com dois anos ou mais que tenham navegado pela internet através de computadores no domicílio. Como está demonstrado no Quadro 4 abaixo, nota-se uma significativa redução na idade daqueles que o governo considera internautas, o que já possui um forte significado social e discursivo.

	jan 09	fev 09	mar 09	abr 09	mai 09	Jun 09
Internautas (em milhões)	24,5	24,8	25,5	25,4	25,6	25,6

Quadro 4 – Internautas domiciliares ativos - 2009

Fonte: (IBOPE/ NETRATINGS, 2010 acessado em 01 de junho de 2010. Disponível em <http://www.cetic.br/usuarios/ibope/tab02-tot.htm>)

Entre as duas gerações citadas, há outra dita geração de passagem que procura, nem sempre de maneira satisfatória, entender-se e posicionar-se nesse novo ambiente.

Tentar apreender conclusivamente a relação entre as diferentes gerações não constitui o meu objetivo nesse trabalho, mesmo porque não se trata de um problema de gerações mas de relações sociais e políticas.

Interessa problematizar a contribuição do discurso digital na construção da empregabilidade do indivíduo sem esgotá-los em qualquer totalidade teórica mas, sobretudo, trazendo pistas de investigação deste acontecimento.

Procura-se suscitar o devir e pensar as implicações ocasionadas pelo surgimento das tecnologias de inteligência, assim como as decorrências, desestabilizações e deslocamentos sociais instituídos pelos diferentes modos como os indivíduos são atravessados pelas novas tecnologias digitais e em especial pelas redes.

Pensando a cartografia desse novo espaço, Dias (2004) reflete que em todos os tempos o homem procurou cartografar o mundo em que vive para melhor identificar suas possibilidades e os modos de ser e habitar. Com essa perspectiva, e sabendo ser o ciberespaço um grande território em constante mutação que se transforma a cada segundo, é um grande desafio cartografar o mundo contemporâneo com suas distâncias abreviadas pelo clicar do mouse.

Para a autora, o ciberespaço é experimentado virtualmente não podendo ser localizado em nenhum lugar e encontra-se configurado de modo que cada sujeito seja um nó conectado a todos os outros o que representa fundamentalmente um deslocamento de sentido.

No caso específico da construção da empregabilidade esta característica modifica radicalmente o status quo, já que o homem não mais depende de deslocar-se no espaço para exercer suas funções profissionais, podendo trabalhar virtualmente em qualquer lugar.

Tanto a noção de comunicação como a de informação recebem novas determinações no modo como as tecnologias da linguagem entram em consideração, observados os deslocamentos produzidos nas relações dos sujeitos com a linguagem. Entender como esses textos circulam no discurso digital é saber elaborar teoricamente as novas formulações que hoje se produzem (ORLANDI, 2009).

Para Friedman (2007), a globalização ascendeu a um patamar inédito e pode ser pensada em três fases principais. A primeira chamada de Globalização 1.0 ocorreu quando países e governos em geral motivados pela combinação de religião e imperialismo abriram caminhos pelo mundo tentando se inserir nas oportunidades globais. A segunda, a Globalização 2.0, teve como principal força dinâmica as empresas multinacionais que se expandiram em busca de novos mercados e mão de obra. Este movimento foi iniciado pelas ações inglesas, holandesas e pela Revolução Industrial. Inicialmente a integração global foi impulsionada pela queda nos custos dos transportes e, posteriormente, pela queda nos custos de comunicação pela difusão do telégrafo, da telefonia, dos computadores pessoais, dos satélites, dos cabos de fibra óptica e da World Wide Web. Nesse momento começou a

economia global uma vez que houve movimentação de bens e informações entre continentes em volume suficiente para a formação de um mercado mundializado. Ainda defende que por volta do ano 2000 o mundo adentrou uma nova era denominada Globalização 3.0 caracterizada pela capacidade dos indivíduos de colaborarem e concorrerem em âmbito mundial. Deste modo, tendo sua plataforma baseada nos computadores, nos cabos de fibra óptica e no aumento de softwares de fluxo de trabalho, que permitem a um indivíduo colaborar com empresas independentemente de sua localização geográfica, pessoas podem aproveitar oportunidades de trabalho em âmbito global. Assim a Globalização 1.0 teria sido das nações, a Globalização 2.0 das empresas e a Globalização 3.0 é a das pessoas.

Orlandi (2009) nos traz o conceito da mundialização observando que essa não é linear. Tendo começado há um século e meio é segundo Laurent Carroué, um processo geo-histórico de extensão progressiva do capitalismo em escala planetária e que é ao mesmo tempo uma ideologia (liberalismo), uma moeda (o dólar), um instrumento (o capitalismo), um sistema político (a democracia) e uma língua (o inglês). A mundialização atual é antes de tudo uma globalização financeira estimulada pelas comunicações estabelecidas por satélites, pela informática e pela internet se caracterizando pela instantaneidade e pela busca do lucro a curto prazo.

O conceito da mundialização mostra que de tempos em tempos há um movimento de unidade e depois de diferenciação.

Diversos fatos atuais ilustram essa percepção, quando vemos que a empresa MphasiS localizada em Bangalore na Índia, conta com uma equipe de profissionais indianos preparados para prestarem serviços contábeis para pessoas físicas e jurídicas de qualquer estado dos EUA. A empresa atende diversas empresas de contabilidade americanas pequenas e médias e o processo começa com um contador nos EUA que digitaliza a última declaração do imposto de renda e os demais documentos fiscais necessários. Na Índia, os contadores da MphasiS acessam os dados brutos anteriormente disponibilizados no servidor localizado nos EUA e preenchem a nova declaração. Em 2005, cerca de 400 mil declarações do imposto de renda foram preenchidas desta forma (FRIEDMAN, 2007).

Cerca de 70 mil contadores se formam na Índia a cada ano e muitos são contratados por empresas locais por um salário de 100 dólares por mês. Tais trabalhadores têm se convertido em contadores de empresas ocidentais por condições significativamente mais favoráveis sem precisarem sair do seu país.

É o contexto da mundialização ilustrado pelo exemplo de que algumas corporações dos Estados Unidos motivadas pelos novos recursos tecnológicos de comunicação e pela

disponibilidade de mão de obra da Índia, um país com mais de 1 bilhão de habitantes, recrutam profissionais para a execução de atividades que poderiam ser realizadas por funcionários do seu próprio país incentivando e fortalecendo a economia e a sociedade local.

Da mesma forma, nos dias atuais, aproximadamente 250 mil indianos trabalham atendendo ligações telefônicas de todas as partes do mundo. Os call centers nos Estados Unidos são locais de empregos mal remunerados e de baixo prestígio, mas na Índia são associados à boa remuneração e status elevado. Cerca de 20% dos trabalhadores dessas empresas são estudantes de administração ou informática e os melhores tem seus cursos de pós graduação MBA (Master Business Administration) pagos pelas organizações empregadoras indianas.

Os funcionários destes call centers para serem contratados pelas empresas americanas passam por um curso chamado de “neutralização de sotaque” ministrado por um professor de inglês que prepara os recém contratados para disfarçar a pronúncia indiana do inglês ensinando a simular o sotaque americano, britânico ou canadense, dependendo com a localidade do mundo que irão atender (FRIEDMAN, 2004).

São processos sociais de identificação do sujeito funcionando em seus papéis e intencionando fazer com que o trabalhador indiano se coloque na posição do falante nativo. No entanto pela sua própria constituição ele nunca funcionará como o falante nativo dos Estados Unidos.

Assim, para a laboração das tarefas relacionadas ao atendimento em call centers, empresas de países ricos podem contratar profissionais com excelente capacitação acadêmica e com alto grau de motivação em países em desenvolvimento para desempenhar funções que, nos países desenvolvidos, seriam exercidas por pessoas com baixa formação e que provavelmente não valorizariam a oportunidade da mesma forma.

No McDonald’s drive-thru da rodovia interestadual 55 americana, na altura de Cape Girardeau, Missouri, o atendimento é rápido e simpático, ainda que o funcionário encarregado de anotar os pedidos não esteja no restaurante – e nem sequer no Missouri. Ele se encontra num call Center em Colorado Springs, a mais de 900 milhas, ou 1450 quilômetros de distância, ligado ao cliente e ao pessoal que prepara as refeições na cozinha por meio de linhas de dados de alta velocidade. Parece que nem mesmo os restaurantes estão livres da terceirização. [...] Os clientes nem imaginam que seu pedido atravessa dois estados e volta antes mesmo que eles se dirijam à janela onde seus hambúrgueres serão entregues (Friedman, 2007).

Juntamente com a terceirização houve melhora no desempenho das lojas do McDonald’s que adotaram esse sistema. O tempo de atendimento médio nos drive thrus das 13 mil lojas espalhadas pelos EUA é de 2 minutos e 36 segundos e foi reduzido para 1 minuto e 5 segundos conseguindo atender trinta carros a mais do que antes da contratação do call

center. Aumentou a eficiência e diminuíram as reclamações dos clientes. Numa segunda etapa, tais lojas estão sendo equipadas com telefones e leitoras de cartão de crédito nas mesas para diminuir gradualmente o atendimento no balcão, mais demorado e custoso.

Para Dias (2004):

[...] na era ciberespacial o sujeito busca eliminar as distâncias físicas do espaço, para torná-la virtual. O sujeito pós-moderno tem a possibilidade de habitar virtualmente todos os lugares. O virtual pode, pois, ser pensado como um elemento importante para a constituição do mundo pós-moderno. Hoje não é o domínio físico que se expande, como na época das grandes navegações, ao contrário, ele encolhe mediante a expansão do domínio virtual. A virtualidade, pois, aquilo que expande a membrana espacial do universo, é a matéria que molda o espaço ciber, é a matéria significante desse espaço.

Uma das características desse surgimento das tecnologias de comunicação é que sua auto-instituição social está em “construção” visto que faz parte do seu próprio modo de ser (AZAMBUJA, 2003).

Orlandi (2001), considera as novas tecnologias de linguagem como desenvolvimentos no domínio da tecnologia da escrita enquanto forma de relação social. Assim, a transformação da relação do homem com a linguagem, desencadeia uma série de outros processos de transformação na forma dos textos, da autoria, do efeito-leitor e dos modos de significar.

Para a autora, os indivíduos são sujeitos simbólicos vivendo em espaços histórico-sociais. Desta forma, o desenvolvimento das tecnologias de linguagem no seu aspecto discursivo traz conseqüências para o sujeito, para a própria tecnologia e para a linguagem. Colocam-se então questões acerca da apropriação coletiva do conhecimento, sabendo que, em uma forma social como a brasileira, sempre que é distribuído um bem social comum, produz-se uma diferença em algum outro lugar ou deslocamentos no próprio sentido desse bem. Assim, o efeito do discurso digital na sociedade produz efeitos próprios considerando que, do ponto de vista discursivo, há indissociabilidade entre ciência, tecnologia e administração (governo) (ORLANDI, 2001).

O contemporâneo é um tempo de oposições inusitadas e admiráveis. O atual cenário de auto-extermínio humano e planetário e a revolução genética mostram o poder de destruir a vida e por outro lado, o de criar a vida. Simultaneamente a verificação de aumento dos índices de desemprego em algumas regiões, no campo das relações sociais, a opulência e sofisticação convivem ao mesmo tempo com a extrema pobreza material, moral e cultural.

Nos bastidores dos paraísos artificiais das sociedades de consumo, enquanto a tecnologia da informação disponibiliza progressivamente poderosas ferramentas para os indivíduos que a dominam e utilizam suas potencialidades, outros tantos se encontram

distantes de desfrutar os prerrogativas e poderes das redes globais de comunicação. São contradições e incertezas do mundo contemporâneo.

Com toda essa penetração social do discurso digital, trata-se de uma linguagem que sob diversos aspectos pode beneficiar o sujeito socialmente, principalmente nos aspectos relacionados ao trabalho, quanto mais ele a dominar.

Essa exposição não visa reproduzir o discurso da inclusão, que pretende transformar o dominado, o excluído para adequá-lo às formas dominantes seja da cultura, seja do conhecimento, seja da classe social, ou o que pretende inserir o não inserido, ou seja, falar do lugar em que a gestão pública se coloca como lugar do assistencialismo, do multiculturalismo, do comunitarismo, face à ideologia da mundialização (ORLANDI, 2009).

No entanto, considerando a linguagem como prática, ou seja, como mediação necessária entre o indivíduo e a sua realidade natural e social, percebo que apesar de haver uma forte realidade tecnológica atravessando sociedades e indivíduos, não podemos deixar de reconhecer que todos os sujeitos são únicos e de acordo com a sua ideologia e suas condições sócio-históricas serão afetados por tais transformações de diferentes maneiras.

Há, desta forma, entre os diferentes modos de produção social, um específico que é o simbólico com práticas simbólicas significando e produzindo o social (ORLANDI, 2001).

Como a sociedade é altamente heterogênea, será composta por esses diferentes sujeitos, com seus diferentes atravessamentos, significando de maneiras divergentes e produzindo o social através das suas discursividades.

Tomando o digital como materialidade lingüística e o sujeito como indivíduo único particularizado pelos mecanismos históricos e ideológicos, e, como a discursividade se textualiza com falhas, há sujeitos que serão mais expostos aos efeitos dessa discursividade que outros (ORLANDI, 2001).

Pêcheux propõe que a língua seja pensada na relação com o real da história, sendo este real compreendido como contraditório. Com isso, o autor irá fundar uma forma de pensamento lingüístico que pensa a língua como materialidade. Nesse sentido deve-se pensar a língua na sua relação específica com a organização das sociedades, considerando a sociedade de massa como sendo caracterizada pela cultura da velocidade, desde o início dos anos 80 com o aparecimento dos computadores pessoais até a cibercultura, na qual o ciberespaço passa a ser condição de produção material do discurso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) (DIAS, 2004).

Iniciou-se uma nova fase de experimentação das comunicações entre os indivíduos, baseada nos dispositivos tecnológicos de comunicação e nas redes de computadores. Surgiram

formas inéditas de criação, entendimento e comunicação de si e do mundo constituindo um novo habitat contemporâneo viabilizado pelas novas possibilidades comunicativas.

No espaço da Internet, “a rede das redes”, são interconectadas milhões de pessoas e milhares de organizações de todos os tipos e em todos os lugares do planeta. Os hardwares e softwares de comunicação e informação, existentes na Web, direcionam a uma propagação incontrolável e crescente dos usos relacionados ao seu grande potencial comunicativo e informativo e de reprodução cultural e científica (AZAMBUJA, 2003).

Wiener, fundador da cibernética, já deduzia que as novas máquinas que começavam a surgir iriam desempenhar um papel fundamental na organização das sociedades. Para Dias (2004), o autor tinha razão pois os computadores aperfeiçoados em grande escala têm, na atualidade, papel fundamental na organização social.

As diferentes tecnologias disponíveis e, dentre elas, a rede mundial encontram-se largamente difundidas e consolidadas, econômica, cultural e socialmente, portanto, sua importância evoluirá em setores sociais ainda maiores.

Sabe-se que números e estatísticas são uma questão de interpretação. Por isso, a constatação pela pesquisa oficial do Governo Federal sobre as tecnologias de informação que apenas 24% da população brasileira têm acesso a Internet em seus domicílios pode significar privilégio de uma minoria culta e rica que tem acesso à rede, mas, caso se observe da perspectiva de um movimento no tempo, os números podem indicar um momento de expansão da rede na sociedade.

Da mesma forma como ocorreu com outros meios de comunicação, a propagação é muitas vezes lenta no início, mas, a partir de um dado momento, se expande de modo mais ou menos rápido pela sociedade. Ainda nos dias atuais existem indivíduos analfabetos no Brasil apesar de o alfabeto ter sido inventado há cerca de 2700 anos. Na década de 1970, a televisão era um privilégio de uma minoria.

Em todo caso, é interessante verificar para muitas pessoas os computadores, a Internet e suas múltiplas possibilidades representam concretamente um espaço de experiências existenciais, afetivas, profissionais e econômicas. Há também uma economia de mercado ligada a rede e qualquer pesquisador, qualquer rede institucional possui alguma alternativa de conexão a grande rede. Da mesma forma, os principais setores produtivos possuem boa parte dos seus procedimentos administrativos, de pesquisa e produção ligados à manipulação da informação e do conhecimento através das redes de computadores.

Assim, o mundo contemporâneo vivencia o despontar de um acontecimento tecnointelectual de grandes proporções que ocorre em ritmo acelerado e que dá espaço a um novo espaço de ação e comunicação.

Para Lévy (1994):

O espaço cibernético é um terreno onde está funcionando a humanidade, hoje. É um novo espaço de interação humana que já tem uma importância enorme sobretudo no plano econômico e científico e, certamente, essa importância vai ampliar-se e vai estender-se a vários outros campos, como por exemplo na Pedagogia, Estética, Arte e Política. O espaço cibernético é a instauração de uma rede de todas as memórias informatizadas e de todos os computadores.

A rede constitui um espaço para a comunicação global e deve-se ressaltar que a comunicação sempre representou um espaço relevante nas disputas humanas pelo poder e dominação. Nesse momento, tem exercido papel central uma vez que cada indivíduo, grupo ou instituição, a sua maneira e dependendo de determinadas condições materiais representa uma potência comunicativa. É a emergência de um novo espaço político-antropológico onde a complexa rede da inteligência coletiva já representa um grande centro de referência, ação e colaboração social com forte tendência de crescimento de maneira que a questão será cada vez mais “estar ou não na Web”. (Azambuja, 2003)

Levy (1994), afirma também que as relações entre as pessoas produzem, transformam e administram permanentemente os espaços heterogêneos e entrelaçados. Uma conversa pode ser considerada como uma construção comum de um espaço virtual de significações. Esses espaços plásticos que surgem da comunicação entre as pessoas são formados de mensagens e representações evocadas pelos participantes. Os indivíduos vivem em milhares de espaços distintos, cada qual com seu sistema particular de proximidade temporal, afetiva e lingüística, de modo que cada pessoa pode estar próxima de outra em um espaço e distante em outro. O homem tem necessidade de se localizar em meio a essa multiplicidade de mundos diferentes para descobrir a topologia e os valores morais dos novos espaços que são levados a participar. Assim, os sujeitos passam o tempo a modificar e administrar os espaços nos quais vivem, a conectá-los e separá-los, articulá-los e endurecê-los, a introduzir neles novos objetos e deslocar as intensidades que os estruturam, a saltar de um espaço a outro.

Para o criador da Web, TIM Berners-Lee, a sua criação foi realizada para ajudar as pessoas a colaborarem e se comunicarem entre si, sendo uma invenção mais social do que técnica e possuindo como objetivo último aperfeiçoar a existência em rede dos indivíduos no mundo.

Nesse sentido, o entendimento do mundo contemporâneo é inseparável da conexão com a inteligência coletiva. O espaço-tempo atual é o do movimento e do crescente incremento da velocidade, que Virilio citado por Azambuja (2003) denomina de “dromocracia”. Caso observe-se alguns anos atrás poderá ser verificado que a percepção geográfica mudou após a invenção dos aviões, trens e automóveis. O indivíduo tem capacidade de percorrer distâncias antes inimagináveis há algumas décadas e sentem-se crescentemente pressionados pela impressão permanente de falta de tempo. As tarefas cotidianas e profissionais exigem sua realização progressivamente em menos tempo e velocidade. Esse aparentemente é um dos efeitos relevantes do ciberespaço pois ele acelera o intercâmbio e a comunicação entre as pessoas e acaba por acelerar também a vida e as relações sociais.

Não é recente o fato de que muitas pessoas já não vivem mais toda a sua vida sobre a terra natal caso esta não esteja bem localizada politicamente. Ao contrário, tais indivíduos se deslocam regularmente. Para trabalhar, transcorrem o percurso de cidades inteiras, estados e às vezes países. Fazem-se vizinhos de pessoas distantes, pelos correios, telégrafos, telefones, aplicativos Web de comunicação instantânea como o Skype e o MSN e através dos e-mails e com isso temos um deslocamento no conceito de espaço e tempo.

A condição humana sempre foi estar em movimento e as épocas de maior estabilidade foram as que surgiram com a revolução agrícola e que atingiram o ponto mais alto com as cidades e as metrópoles industriais. O trabalhador agrícola está ligado à terra da mesma forma que o operário industrial está vinculado a sua cidade ou a sua periferia. A mudança veio com a vida na era pós-industrial, onde há o movimento constante nas ruas, estradas e céus. É o nomadismo generalizado que cria múltiplas formas de ser e aparecer em busca de informação e conhecimento (AZAMBUJA, 2003).

Levy (1994), voltamos a ser nômades, não no sentido de viagens de lazer ou férias exóticas e tampouco é sobre o giro de homens de negócios e de pessoas apressadas em torno do mundo de um aeroporto a outro. Essas imagens de movimento para o autor remetem a viagens imóveis, “encerradas no mesmo mundo de significações”. O nomadismo desta época refere-se primordialmente sobre as transformações intermitentes e rápidas das paisagens científicas, técnicas, econômicas, profissionais e mentais. Mesmo que os indivíduos não se movessem, o mundo se moveria a volta deles e o conjunto das respostas individuais produz as transformações gerais.

Contemporaneamente, grande parte das atividades humanas e de sua produção estão vinculadas em ligação direta ou indireta com as redes de computadores e essa sociedade de redes é paradoxalmente presente em toda a parte.

Levy (1994) sugere que esse conjunto de movimentos obriguem as pessoas a obterem uma adaptação racional em grau ótimo.

Qualquer nome que queira se atribuir a esta sociedade tecnológica e desterritorializada, “sociedade pedagógica”, “sociedade informática”, “sociedade do conhecimento”, “sociedade em rede” ou “sociedade pós-industrial”, trata-se sempre do espaço antropológico do movimento social no centro do qual estão a Web e suas estradas digitais (AZAMBUJA, 2003).

Sob esse ponto de vista, o principal dispositivo de comunicação é o computador pessoal. Todos os indivíduos que se sentem a vontade diante do equipamento, logo se iludem com seu potencial como meio de trabalho e pesquisa, de criação, diversão e comunicação com outras pessoas. Assim o computador pessoal em rede, esteja ele nas empresas, nas ruas, nas roupas ou mesmo na pele, qualquer que seja o seu formato, tornou-se uma inovadora e vital interface de comunicação humana global, além de Masi um instrumento de controle, administração e distribuição social das competências.

A utilização de computadores e da Internet tem seu funcionamento determinado pelas condições de produção oferecidas pelo digital.

Trata-se, desta forma, de uma linguagem mediada pelo domínio das funções técnicas do computador, dos recursos oferecidos pelo programa e das normas de comunicação do suporte utilizado. É com esta relação homem-técnica-ideologia que a Internet funciona como um vetor de transformação social produzindo evidências de sentido que incluem a sociedade contemporânea com a cibercultura e a noção técnica da informática (DIAS, 2004).

Para Levy (2001):

a técnica é uma das dimensões fundamentais onde está em jogo a transformação do mundo humano por ele mesmo. A incidência cada vez mais pregnante das realidades tecnoeconômicas sobre todos os aspectos da vida social, e também os deslocamentos menos visíveis que ocorrem na esfera intelectual obrigam-nos a reconhecer a técnica como um dos mais importantes temas filosóficos e políticos do nosso tempo.

Com a telemática, o computador passa a constituir um lugar para a constituição do sujeito e do sentido na articulação da língua com a história. Essa máquina invade as superfícies do pensamento humano e nesse sentido é necessário redefinir a noção de realidade e entender como o sujeito funciona nela (DIAS, 2004).

Essa nova possibilidade permite ao sujeito experimentar-se com outra possibilidade de relação com aquilo que o determina sócio-históricamente. Assim, esse sujeito pós-moderno individualizado pelo Estado e interpelado pelo discurso das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs), é configurado no discurso digital, e é nessa discursividade que é possível observar que nos centros urbanos novos espaços de sociabilidade se constituem. Os modos de significação constitutivos desse espaço adquirem outros elementos e deslocam sentidos (DIAS, 2004).

O mundo digital muda em sua discursividade e no modo de inscrição dos sujeitos na história pois os paradigmas são outros. Hoje o espaço digital pode virtualmente ser habitado por todos os segmentos da sociedade e os hábitos tem sido atualizados pela mídia digital.

Para Orlandi (2001), “a formulação é o acontecimento discursivo pelo qual o sujeito articula manifestadamente seu dizer”, assim, pode-se imaginar que o conceito do discurso digital esteja no centro das questões da Análise de Discurso no que se refere ao acontecimento discursivo.

A paisagem urbana das cidades altera-se em função da digitalização das relações e o sujeito funcionará socialmente tanto melhor se adapte a tais transformações tecno-sociais.

6 CONCLUSÃO

A chamada Sociedade da Informação atravessou os tempos passando pela Sociedade Rural, Sociedade Industrial e chegou à atualidade da Sociedade Pós-Industrial repleta de positivismo e fé numa sociedade baseada no conhecimento e que, quando analisada pelo aspecto do trabalho, possui como plataforma básica a globalização e a tecnologia da informação.

A globalização da economia e a evolução das tecnologias da informação têm produzido diversos efeitos no mercado, dentre eles destacam-se o aumento da competitividade e a velocidade com a qual os negócios são realizados. Isso faz com que os processos corporativos também necessitem de adequação para serem geridos de forma mais rápida e eficiente. As informações que sustentam esses negócios também vão ganhando força e complexidade.

Esse cenário motiva as empresas a tomarem várias medidas para enfrentar os novos desafios, o que envolve redução das estruturas organizacionais, flexibilização através da terceirização e descentralização de algumas atividades, redução da hierarquia empresarial e delegação de Masi poderes aos empregados, mesmo aqueles de nível operacional, de modo que estes possam contribuir com as novas demandas internas e externas dentro do tempo necessário e condições requeridas.

A viabilização dessas necessárias mudanças organizacionais depende da atuação dos trabalhadores de forma ativa e da preparação para lidar com o cenário da empresa moderna, sustentada pela informação e totalmente dependente do respaldo dos sistemas de informação.

Confrontando esse cenário altamente competitivo vivenciado pelas empresas com a questão da construção da empregabilidade pelo indivíduo, verificamos que atualmente a competitividade do mercado não é sentida somente pelas corporações mas também de forma muito incisiva pelo trabalhador. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2010 a taxa de desemprego brasileira está em 8,1% e a competição de diversos candidatos pelas mesmas oportunidades de trabalho eleva o nível de exigência das empresas no momento da contratação.

Por isso são bastante perceptíveis no discurso da empregabilidade as questões da rapidez e da volatilidade do empregado que pode ser substituído a qualquer momento. Essa instabilidade exige desses profissionais adaptação ao novo cenário em que os empregos não são perenes e as carreiras, quase sempre, descontínuas.

Como visto, as empresas estão diminuindo seus efetivos, mudando seus processos produtivos e tornando as suas estruturas mais tecnológicas e essas transformações exigem dos profissionais adequações em suas atitudes, comportamentos e conhecimentos.

A preservação do seu trabalho, através de um emprego ou outra forma de atuação profissional, o expõe ao conceito da empregabilidade que corresponde a estar pronto para atender as demandas do mercado.

Desta forma, para construir a empregabilidade é preciso estar capacitado para atender as necessidades do empregador no momento em que elas ocorrem e, atualmente, tais demandas corporativas estão altamente ligadas às tecnologias da informação.

De acordo com as informações divulgadas em 2009 pelo Governo Brasileiro através de indicadores do Comitê Gestor da Internet, praticamente a totalidade das empresas brasileiras pequenas, médias e grandes usam o computador regularmente em suas operações, sendo que os números mais expressivos são encontrados naquelas de pequeno porte, principais empregadoras brasileiras.

A pesquisa mostra ainda que quase metade das empresas brasileiras contrataram ou tentaram contratar funcionários com habilidades em tecnologias da informação, ou seja, usuários comuns de computador e Internet, e destas, um terço registraram algum tipo de dificuldade.

Discursivamente não se pode atribuir apenas ao indivíduo a responsabilidade por sua empregabilidade já que esse discurso encontra-se ligado a diversas instituições que o sustentam, como o Estado, o mercado, a igreja e a família. Porém isso produz uma formação imaginária situada no campo das representações de como o sujeito deva se preparar e conduzir sua carreira profissional e que competências sejam importantes possuir.

Os indicadores apresentados no decorrer deste trabalho e o discurso digital em circulação na sociedade, levam a reflexão que devido à abrangência e penetração social das tecnologias da informação na vida cotidiana e na rotina das corporações, o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades relacionados ao uso de tais tecnologias podem ser bastante relevantes para a construção da empregabilidade do indivíduo na sociedade moderna.

As modificações suscitadas pelo surgimento das tecnologias da informação caracterizam um momento histórico no qual os novos desenvolvimentos desencadeiam significativos efeitos na relação dos indivíduos com a linguagem e com o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCOFORADO, Fernando. **Globalização**. São Paulo: Nobel, 1997.
- AZAMBUJA, Celso Candido de. **Hipertexto e subjetividade: máquinas e redes cibernéticas interativas de comunicação e informação e produção de subjetividade**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.
- BALBONI, M. (Coord.) **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil: TIC domicílios e TIC empresas 2007**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet Brasil, 2008.
- BELL, D. **The Coming of Post-Industrial Society**. Nova York: Basic Book, 1973.
- BENVENISTE, E. **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989.
- CARTA ENCÍCLICA DE SUA SANTIDADE O PAPA LEÃO XIII. **Rerum Novarum**. 13.ed. Tradução de Manuel Alves da Silva, SJ. São Paulo: Paulinas, 2002.
- BRIDGES, William. **Um mundo sem empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede: a era da informação : economia, sociedade e cultura**. Trad. Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CEVOLI, M. Bell: **O advento pós-industrial**. Trad. Maria Cristina Guimarães Cupertino. In: DE MASI, D. A sociedade pós industrial. 4ª Ed. São Paulo: Editora SENAC, 2003.
- CINTI, P. Touraine: **A Sociedade programada**. Trad. Maria Cristina Guimarães Cupertino. In: DE MASI, D. A sociedade pós industrial. 4ª Ed. São Paulo: Editora SENAC, 2003.
- COOPERS E LYBRAND. **Remuneração estratégica: a nova vantagem competitiva**. São Paulo: Atlas, 1996.
- DE MASI, D. **A sociedade pós industrial**. 4ª Ed. São Paulo: Editora SENAC, 2003.
- DIAS, C. **A discursividade da rede (de sentidos): a sala de bate-papo HIV**. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- DUTRA, Joel Souza. **Administração de carreira: uma proposta para repensar a gestão de pessoas**. São Paulo: Atlas, 1996.
- DRUCKER, Peter. F. **O Melhor de Peter Drucker: o homem**. São Paulo: Nobel, 2001.
- _____. **The coming of the new organization**. Harvard Business Review, 66, jan./Fev. 1998, p. 45 - 53.
- _____. **Administrando em tempos de grandes mudanças**. São Paulo: Pioneira, 1995.
- _____. **Age of Discontinuity**. Londres: Heinemann, 1969.
- ECO, Umberto. **Como se Faz uma Tese**. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- FUENTES, Carlos. **Terra nuestra**. Trad. Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- FRIEDMAN, Thomas L. **O mundo é plano: uma breve história do Século XXI**; tradução Cristiana Serra, Sergio Duarte, Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- GATES, Bill. **A Empresa na velocidade do pensamento**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1999.

GONÇALVES, José Ernesto Lima. **A necessidade de reinventar as empresas**. RAE, São Paulo, v.38, n.2, p.6-17.

HANDY, Charles. **Tempo de mudanças**. São Paulo: Saraiva, 1996.

HOBBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. trad. Waltensir Dutra, 21 ed. rev., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S. A., 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2008**. Rio de Janeiro, 2008.

KELLY, K. **Novas regras para uma nova economia - estratégias radicais para um mundo interconectado**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

KUMAR, K. **Da Sociedade pós-industrial à pós-moderna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. Trad. Luiz Paulo Rouanet. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. **A emergência do ciberespaço e as mutações culturais**. In: PELLANDA, Nize M. Campos; PELLANDA, Eduardo Campos (org.). **Ciberespaço um hipertexto**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.

_____. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LIMA, Alfran Oliveira. **Descarte da experiência profissional**. 2001. Dissertação (Mestrado em Qualidade) – Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica, Unicamp, Campinas.

MARCUSCHI, L.A. **Gêneros textuais emergentes e atividades lingüísticas no contexto da tecnologia digital**. Conferência apresentada na USP por ocasião do GEL – Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, realizado entre os dias 23-25 de maio, 2002.

MARX, Karl and ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Estud. av. [online]. 1998, v. 12, n. 34, pp. 7-46. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acessado em 23/01/09.

MATTOSO, Jorge Eduardo. **O Brasil desempregado**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

MARIEN, M. In: DE MASI, D. **A sociedade pós industrial**. 4ª Ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2003.

MERLI, M. Toffler:. Trad. Maria Cristina Guimarães Cupertino. In: DE MASI, D. **A sociedade pós industrial**. 4ª Ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2003.

MINARELLI, José Augusto. **Empregabilidade, o caminho das pedras: como ter trabalho e remuneração sempre**. São Paulo: Editora Gente, 1995.

MING, Celso. **E-gov**. São Paulo, Folha de São Paulo. Economia. Publicado em 18 de abril de 2004.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. São Paulo: Editora Lisboa, 1990.

NONAKA Ikujiro; TAKEUCHI Hirotaka. **Criação do conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Conhecimento e sociedade**. Campinas,SP: Labeurb/Unicamp, 2009.

_____. E. P.; BARRETO, R. G. **Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi**. Revista Teias, v.7, n.13-14p.1-7, 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.proped.pro.br>. Acessado em 30 de janeiro de 2009.

_____. **Linguagem e tecnologia da informação**. Campinas,SP: Labeurb/Unicamp, 2009.

_____. **Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____; SOUZA. **A língua imaginária e a língua fluida : dois métodos de trabalho com a linguagem**. In: ORLANDI, Eni. P. (org). Política lingüística na América Latina. Campinas: Pontes, 1988.

PASTORE, José. **Encargos sociais no Brasil e no exterior**. Brasília: SEBRAE, 1994.

_____. **Flexibilização dos mercados de trabalho e contratação coletiva**. São Paulo: Editora LTR, 1994.

PÊCHEUX. **Ler o arquivo hoje**. In: ORLANDI, E. (Org.). Gestos de leitura. Da história no discurso. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 1990.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books, 1995.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. **As dimensões educacional e política da Sociedade da Informação**. Morpheus, v. 10, p. 1-14, 2007.

STEWART, Thomas A. **Capital intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TAKAHASHI, Tadau. **Sociedade da informação no Brasil: Livro Verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TEIXEIRA FILHO, Jayme. **Gerenciando o conhecimento**. Rio de Janeiro: Senac, 2000.

TURBAN, Efraim; RAINER, R. Kelly; POTTER, Richard E. **Administração de tecnologia da informação: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

VAZ, José Carlos. **Governança eletrônica: para onde é possível caminhar?** . Edição especial: Mobilização cidadã e inovações democráticas nas cidades, 2005. Disponível em: <http://www.polis.org.br> . Acessado em: 30 de janeiro de 2009.

VIEIRA, A.C.G. (Coord.) **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil: TIC domicílios e TIC empresas 2009**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet Brasil, 2010.

WANDERLEY, Cláudia. Recursos do discurso eletrônico e a construção do sistema Endici. In E. Orlandi (org.) **Para uma Enciclopédia da Cidade**. Campinas: Pontes, 2003.

WERTHEIM, Margaret. **Uma História do Espaço de Dante à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

WILLIAMS, Raymon. **Cultura**. 2 ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000.